

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

CAIO CÉSAR GOMES RIBEIRO

**ANÁLISE DAS PROPOSTAS REFORMISTAS DE KEYNES NOS PAÍSES
DESENVOLVIDOS EM FACE DAS EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS REFERENTES À
MACROECONOMIA**

OSASCO

2021

CAIO CÉSAR GOMES RIBEIRO

**ANÁLISE DAS PROPOSTAS REFORMISTAS DE KEYNES NOS PAÍSES
DESENVOLVIDOS EM FACE DAS EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS REFERENTES À
MACROECONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho

OSASCO

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R484a RIBEIRO, Caio César Gomes

Análise das propostas reformistas de Keynes nos países desenvolvidos em face das evidências históricas referentes à macroeconomia / Caio César Gomes Ribeiro. - 2021.

64 f. :il.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Econômicas) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2021.

Orientador: Marcelo Soares de Carvalho.

1. Macroeconomia. 2. Keynes. 3. Investimento. 4.
Acumulação de capital. 5. Crise econômica. I. Carvalho, Marcelo
Soares de, II. TCC - Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 330

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Não há outra maneira de iniciar os meus agradecimentos que não seja citando minha mãe Carmem. Sua história é inenarrável, sua batalha para proporcionar o sucesso aos três filhos é admirável, e seu amor que a fez mover montanhas para que isso fosse possível é imensurável. Se não fosse por todo seu esforço, dedicação, desejo de me conceder uma vida digna e valiosa, sua insistência e, principalmente, por acreditar sempre em mim, eu jamais teria chegado até aqui. Obrigado por todos os ensinamentos, obrigado pela confiança, obrigado pelo incentivo, obrigado por todos os obstáculos que enfrentou pelo meu futuro, obrigado por me amar e desejar sempre o meu melhor. O significado da palavra “gratidão” eu aprendi na prática graças a tudo que você fez por mim, mãe, e não sei dizer com palavras o tamanho desse sentimento. Eu a amo mais que tudo na vida e, como está gravado na minha pele e nas suas letras, por toda a minha vida eu vou te amar.

Aproveito para agradecer também às minhas irmãs Carina e Carolina por todo o apoio, incentivo, cuidado e união, e por me terem me dado ao longo desses anos os presentes mais lindos que já ganhei, que são a Helena, o Joaquim e o Francisco, meus sobrinhos amados. Agradeço ao meu pai Carlos por sempre estar comigo e me ajudar em todos os momentos que preciso, por todo o esforço em nunca me deixar faltar nada, por me apresentar e possibilitar o amor ao Palmeiras e ao futebol, que foi a minha maior válvula de escape durante esses árduos anos universitários.

Agradeço a todos os jogadores que um dia fizeram parte do glorioso FUT-EPPEN e que tive o prazer de dividir o amor pelo futebol representando as cores da nossa amada faculdade. Obrigado por me acolherem, pelos dribles, pelos gols, pelos passes, pelas caneladas, pelas comemorações, medalhas e títulos, pela resenha e por todo o entrosamento dentro e fora de campo. Agradeço a oportunidade e sou muito feliz por fazer parte dessa história. É prazeroso ver todas as conquistas e o crescimento enorme em tão pouco tempo de algo que ajudei a construir logo no começo. Se não fosse por esse time, esses anos de universidade teriam sido, certamente, ainda mais difíceis. Obrigado.

Agradeço a todos meus amigos, sobretudo aos que fazem parte do Poquin e também aos do Objetivo, que estiveram comigo durante todos esses anos e que me proporcionaram momentos inesquecíveis de felicidade, por todas as conversas, por todas as risadas, pelas viagens, pelos passeios, pelas festas, e que também estiveram comigo nos momentos de dificuldade, de choro, de desabafo, de cansaço. Obrigado por me apoiarem, por me incentivarem, por me entenderem, por acreditarem em mim e, principalmente, por fazerem eu

me sentir amado e serem meu ponto de paz. Um agradecimento especial ao meu grande amigo de mais de 16 anos, Lucas, que não desistiu de mim, me ajudou e insistiu repetidamente para a minha inscrição na UNIFESP, mesmo eu desacreditando que seria possível ser aprovado, e cá estou eu. Muito obrigado, meu irmão, se não fosse por você, eu não estaria aqui.

Por fim, mas não menos importante, agradeço imensamente pela oportunidade de ser orientado pelo Professor Doutor Marcelo Soares de Carvalho, o qual tive o prazer de absorver parte de seu conhecimento. Um excepcional economista, professor, orientador e um grande ser humano, que me incentivou do começo ao fim. Agradeço por todos os ensinamentos, pela paciência, pela parceria, pela disponibilidade, pelas conversas e conselhos fora da vida acadêmica, e por toda a compreensão ao longo deste tempo de orientação. Muito obrigado!

RESUMO

A Economia é uma ciência humana, na qual o dissenso e o debate são as regras. Durante toda existência humana, as questões referentes à ordem econômica estão presentes na sociedade como um meio de organização e sobrevivência básica. O processo de constituição da ordem capitalista significou a emergência do primado da acumulação em formato monetário e, por outro lado, o adento do desemprego involuntário como grave problema social. No início do século XX, propostas foram edificadas para dar cabo dessa situação a partir da gestão macroeconômica capitaneada pelo Estado. A obra de Keynes é uma das principais referências neste aspecto, resultando em possibilidades extremamente promissoras naquela época. Busca-se, aqui, entender o quanto a condução econômica das economias centrais se distanciou efetivamente daquelas propostas, resultando na permanência de velhos problemas em nossa realidade atual.

Palavras-chave: Macroeconomia; Keynes; Investimento; Acumulação de Capital; Crise Econômica.

ABSTRACT

Economics is a human science, in which dissent and debate are the rule. Throughout human existence, economic order issues are present in society as a means of organization and basic survival. The process of constitution of the capitalist order had come to mean the emergence of accumulation in monetary format, as well of involuntary unemployment, a social major issue. At the beginning of the 20th century, proposals were built to tackle this situation, based on the macroeconomic management led by the State. The work of Keynes is one of the main references in this regard, resulting in extremely promising possibilities at that time. Here, we seek to understand how much the economic conduct of central economies has effectively distanced itself from those proposals, resulting in the permanence of old problems in our current reality.

Keywords: Macroeconomics; Keynes; Investment; Capital Accumulation; Economic crisis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Flutuação da margem bruta de capital fixo (% do PIB) nos países membros da OCDE, 1972-86	57
Gráfico 2 – Flutuação das despesas do governo (% do PIB) nos países membros da OCDE, 1972-88	58
Gráfico 3 – Flutuação do pagamento de juros (% do PIB) nos países membros da OCDE, 1972-87	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desemprego em países capitalistas avançados	49
Tabela 2 – Desemprego em países selecionados, 1950-73 (%)	50
Tabela 3 – Taxa média de crescimento em diferentes períodos em países capitalistas	50
Tabela 4 – Taxa de crescimento do PIB por hora trabalhada em economias selecionadas, 1913-98	51
Tabela 5 – Taxa média de crescimento do PIB e PIB per capita para economias selecionadas, 1913-2001	52
Tabela 6 – Desemprego em países selecionados, 1974-98 (%)	53
Tabela 7 – Efeitos discricionários da política fiscal em sete países, 1965-78. Porcentagem do PIB do ano anterior a preços constantes	55
Tabela 8 – Mudanças discricionárias e automáticas nos saldos orçamentários dos sete principais países da OCDE como uma porcentagem do PIB, 1971-82	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Justificativa do tema	10
1.2	Objetivos.....	12
1.3	Metodologia e resultados esperados	12
2	A TEORIA MACROECONÔMICA.....	13
3	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA – DO AUGÉ À DERROCADA DA <i>GOLDEN AGE</i>	29
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS – TEORIA X PRÁTICA	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa do tema

O tema tratado neste estudo é de grande relevância para a compreensão econômica, de tal modo que procura-se relacionar os conceitos abordados em teorias de grandes estudiosos com a realidade de experiências históricas vivenciadas, em especial, aquelas em que foi sentido um maior impacto sobre a sociedade, ou seja, momentos de crise econômica, evidenciando que as medidas adotadas pelo governo possuem uma grande influência sobre a reação de empresários, trabalhadores e financiadores. Através desta monografia, procuraremos esclarecer alguns conceitos econômicos teóricos e associá-los na prática macroeconômica a partir de uma análise histórica da Golden Age e seus desdobramentos.

Após os assim chamados “anos dourados”, vividos desde o pós-guerra, a partir de 1945, durando até meados da década de 70 – e cujo fim foi decretado com o colapso de Bretton Woods –, a economia mundial dos últimos anos tem revelado um cenário macroeconômico predominantemente desfavorável, aí incluindo crises duradouras que afetam gravemente as sociedades. Neste ambiente turbulento, inúmeras discussões sobre as devidas ações políticas e propostas são criadas e/ou reinventadas para conter a ampliação desses problemas, de tal forma que se possibilite uma efetiva recuperação econômica. Muitas dessas ideias hoje debatidas por vezes se baseiam em experiências passadas, como também em propostas que foram discutidas e analisadas por estudiosos renomados. Entre eles, certamente se encontra John Maynard Keynes, um dos pilares do debate econômico do último século; embora muito criticado (tanto à época quanto posteriormente) por suas teorias, este autor escreveu a obra entendida como o marco fundador da própria Macroeconomia – A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de 1936 –, na qual fora abordado o ciclo da crise, ali também procurando esclarecer os diversos diagnósticos que nos levam a tal situação, bem como a indicação de algumas possíveis soluções para que isto seja evitado ou contido. Com efeito, o diagnóstico centrado no então inovador Princípio da Demanda Efetiva e, sobretudo, no papel do Estado como ente aglutinador das decisões de investimento produtivo em escala social, apontava para a superação das crises econômicas; mais que isso, à luz de outros textos de autoria do britânico, seria possível obter também a superação de outras mazelas sociais que perpassam a ordem econômica de mercado.

A principal crítica de Keynes perante à teoria clássica, cujos conceitos eram dominantes até então, consistia no comportamento irracional dos empresários partindo de um mercado “autorregulado”, onde tomavam decisões irracionais, individualistas e egoístas, uma vez que o

objetivo principal era a maximização de seus lucros, sem levar em conta as consequências que suas decisões levariam à sociedade. Na Teoria Geral (TG), Keynes procurou demonstrar que este autorregulador era inexistente, bem como a maior parte do desemprego era involuntário, ao contrário do que diziam os clássicos. Além disso, um fator bastante relevante em sua concepção é o comportamento da sociedade como um todo, impactando diretamente nas decisões e planejamento dos agentes econômicos, o que também não era considerado pelos clássicos. Pode-se dizer que a busca pelo pleno emprego é um dos principais objetivos que conduziu os pensamentos de Keynes.

Sua teoria foi publicada com o objetivo de evidenciar que os conceitos do capitalismo vigente apresentavam mais vícios do que virtudes, e que as crises pelas quais a sociedade passa fazem parte de um ciclo inerente à economia que nada mais é do que um boom econômico, seguido pela depressão, a recessão, a recuperação e, por fim, a expansão. Basicamente, o movimento cíclico seria uma inversão de movimento das forças que impulsionam o mercado. Ao atingir certo nível, essas forças que anteriormente movimentavam o mercado de forma ascendente são substituídas por novas forças que passam a movimentar o mercado no sentido inverso, que, por sua vez, também são substituídas por outras forças que impulsionarão o mercado novamente de modo ascendente ao atingir outro nível.

Ao esclarecermos os principais conceitos abordados na Teoria Geral de Keynes que nos permite superar a teoria clássica e entender alguns diagnósticos da crise e algumas concepções de melhor andamento da economia a partir de uma socialização monetária, torna-se mais compreensível a análise histórica proposta a partir do Golden Age, momento em que o capitalismo começa a se organizar após o fim da segunda Guerra Mundial. Embora houvesse certas resistências políticas ligadas ao interesse específico dos Estados Unidos que se sobrepôs ao arranjo mais adequado sugerido por Keynes, as reais consequências se aproximaram bastante daquilo que era esperado pelo autor. Seguindo o ciclo da crise inerente ao capitalismo que foi dito anteriormente, pode-se dizer que o período permitia grandes oportunidades para o bom resultado que este sistema poderia levar. Além disso, com o acréscimo da Guerra Fria, o capitalismo deveria se mostrar como algo desejável, visto que sua manutenção estava em risco, sobretudo na Europa Ocidental.

Sendo assim, caberia ser analisada a seguinte questão: por qual motivo as propostas reformistas sugeridas por Keynes para o cenário macroeconômico não atenderam o otimismo esperado nos anos atuais? A hipótese de trabalho adotada seria a de que as políticas econômicas concretamente adotadas foram, de fato, muito pouco referenciadas às propostas de reforma originalmente prescritas por Keynes – embora, desde meados da década de 1970, o

distanciamento relativo com respeito às propostas do autor britânico tenha aumentado sobremaneira.

1.2 Objetivos

Neste sentido, este trabalho tem como objeto de estudo central entender o quanto a obra e as prescrições de política econômica de John Maynard Keynes efetivamente serviram à prática da gestão macroeconômica adotada nas economias nacionais desenvolvidas, particularmente em face de conhecidas construções teóricas e de policy making erroneamente associadas a seu nome. Além do mais, o trabalho também tem por objetivo comparar dois períodos de exame: (i) do último pós-guerra até meados da década de 1970 e (ii) desde então.

Para isto, foi traçado uma linha de objetivos específicos a serem seguidos no desenvolvimento do trabalho, os quais se encontram:

- Introduzir os principais conceitos utilizados por Keynes que revolucionaram a maneira de pensar sobre a Economia em face dos pensamentos clássicos até então vigentes;
- Descrever os anos dourados da Economia vividos após a Segunda Guerra que duraram até meados da década de 70, bem como os fatores que levaram à sua derrocada e os anos que sucederam esta época;
- Associar o pensamento keynesiano através de suas propostas reformistas e aquilo que era esperado pelo autor com real cenário econômico neste período.
- Apresentar dados que demonstram o comportamento macroeconômico do capitalismo, como taxas de desemprego, investimento, taxa de crescimento do PIB e despesas do governo.

1.3 Metodologia e resultados esperados

O trabalho tem como seu grande objeto de estudo as teorias dirigidas por Keynes, o qual será nossa principal fonte de análise. Outras fontes de pesquisa utilizada referem-se a autores que se prontificaram a também analisar as teorias keynesianas, como Fernando Ferrari Filho, Fernando Cardim de Carvalho, Rosana Corazza, Carlos Medeiros, Franklin Serrano, Aloísio Texeira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da Conceição Tavares, Michael Bleaney, entre outros. Além do mais, serão utilizados fontes históricas e dados secundários já processados.

A estratégia utilizada para o desenvolvimento do projeto é baseada em um método histórico analítico, descrevendo os principais conceitos utilizados por Keynes em comparação com os pensamentos da teoria clássica, de modo a superá-la, uma vez que até então

predominava sobre a Economia, buscando implementá-los em uma perspectiva macroeconômica, analisando seus resultados e comparando com as reais medidas que foram adotadas e os resultados obtidos.

Sendo assim, o presente documento será estruturado seguindo as ideias citadas acima, onde, inicialmente, é feita uma introdução acerca do tema. Posteriormente, no primeiro capítulo, são introduzidos os principais conceitos econômicos abordados por Keynes que são tratados como a base da Economia e de suas ideias. A partir disso, no capítulo seguinte, abordaremos um período histórico compreendido entre os anos de 1945 até meados da década de 70, conhecido como Golden Age, bem como sua derrocada associada à revolução neoliberal. Por fim, em nosso terceiro e último capítulo, procuraremos relacionar as propostas sugeridas por Keynes com as medidas tomadas e os reais resultados obtidos por meio da apresentação de dados históricos econômicos. Deste modo, é traçada uma linha de raciocínio que busca responder à questão problema que baseia este trabalho: por qual motivo as propostas reformistas sugeridas por Keynes para o cenário macroeconômico não atenderam o otimismo esperado nos anos atuais?

Com respeito aos resultados esperados, imagina-se obter a comprovação de que as propostas reformistas de Keynes foram, em larga medida, ignoradas quanto à condução prática das economias centrais, especialmente a partir do segundo período analisado.

2 A TEORIA MACROECONÔMICA

Dentro do capitalismo, as crises têm se mostrado historicamente recorrentes. A crise faz parte de um ciclo inerente à economia que nada mais é do que um boom econômico, seguido pela depressão, a recessão, a recuperação e, por fim, a expansão. Basicamente, o movimento cíclico seria uma inversão de movimento das forças que impulsionam o mercado. Ao atingir certo nível, essas forças que anteriormente movimentavam o mercado de forma ascendente são substituídas por novas forças que passam a movimentar o mercado no sentido inverso, que, por sua vez, também são substituídas por outras forças que impulsionarão o mercado novamente de modo ascendente ao atingir outro nível. Este movimento circular é entendido como uma função do sistema capitalista e está diretamente ligado à acumulação de capital.

Com a concretização do capitalismo, após o grande fato da Revolução Industrial, os meios de produção se transformaram em um monopólio de uma classe social que os leva a um desejo pelo aumento de seus lucros, que passavam a ser cada vez mais atrativos e cobiçados, levando ao reinvestimento em desenvolvimento tecnológico para o aumento da produtividade

e redução dos custos, visando maiores lucros. À medida que esta procura pelo lucro cresce, a concorrência se torna cada vez mais presente, assim como o desejo pela acumulação de capital. É a partir deste momento de concorrência e ambição pelo lucro, que a crescente exclusão social começa a se mostrar de um modo mais aparente, segregando os trabalhadores e os empresários.

A constante produção para o lucro, bem como a concorrência entre os empresários nesta busca, é o grande elemento para o histórico caráter progressista do capitalismo, porém, é ao mesmo tempo, seu grande elemento potencialmente destrutivo. No seu início, o capitalismo foi, de fato, extremamente progressista ao aumentar a produtividade e criar uma imensa quantidade de riqueza mobilizando a capacidade produtiva da sociedade, visto que a concorrência entre os capitalistas fazia com que grande parte do lucro obtido fosse reinvestido em melhorias, seja em novas atividades de pesquisas e desenvolvimento, seja em novos meios de produção, mas com o objetivo de superar os concorrentes e conquistar uma cota maior no mercado. Mas como já dito, este elemento é uma verdadeira contradição. É preciso ter em mente que os salários dos trabalhadores são os responsáveis pela participação deles no mercado, isto é, cria parte demanda pelas mercadorias que o capitalismo produz, embora o emprego destes trabalhadores não esteja em nenhum momento garantido. Deste modo, são as decisões individuais racionais que levam a um processo geral irracional para o sistema capitalista. Vale destacar, porém, que as decisões cruciais são tomadas pelos possuidores de riqueza, isto é, aqueles que estão em posição de decidir se gastam ou não, se geram empregos ou não.

Durante muito tempo, os segmentos econômicos do capitalismo através da teoria clássica “laissez-faire” foram pautados como sendo a principal visão sobre o modo de operação da economia global, até que o grande crítico desta teoria surgisse na década de 1930 com a publicação de uma das principais obras econômicas desenvolvidas até os dias de hoje: A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, de John Maynard Keynes. O britânico não era muito adepto da economia clássica, a via como um grande desestabilizador do sistema econômico. Para ele, o problema do capitalismo se encontrava justamente no “laissez-faire”, uma vez que os investidores, em um mercado que não há regulação, são individualistas e egoístas, e buscam maximizar seus lucros sem pensar nas consequências para a sociedade. Até o surgimento desta teoria, o único questionamento mais enfático em relação às teorias clássicas vinha de Marx. O que os diferencia é que a interpretação de Keynes em relação ao capitalismo se pauta na apresentação de vícios e virtudes deste sistema econômico, diferentemente de Marx, uma vez que não deseja o seu fim como um todo, mas o fim do capitalismo liberal.

O capitalismo se desenvolve com o tempo, na medida que os economistas são produtos deste tempo e, com isso, passam a desenvolver teorias cada vez mais amplas e análises e

compreensões cada vez mais intrínsecas ao que vivemos no presente. Os clássicos, por exemplo, viviam em um capitalismo que ainda não havia se desenvolvido e desempenharam um papel progressista para a economia. Nomes como Say, Stuart Mill e Adam Smith enxergavam o capitalismo por suas virtudes, em especial pela sua capacidade de produzir riqueza. Não é verdade que jamais tivessem observado ocorrências de crises, mas se tratava de crises circunstanciais, ou seja, restritas a certos espaços e períodos limitados. Marx é uma exceção a esta regra, pois apesar do contexto histórico, já identificava no capitalismo tendências a crises originadas dentro do próprio sistema. O sistema por si só é necessariamente gerador de crises, o oposto do que acreditavam os clássicos, que o identificavam como auto regulador. Destaca-se que até 1929 não havia existido uma crise de alcance mundial. As experiências vividas no desenvolvimento deste sistema, bem como algumas recessões, permitiram análises e compreensões mais aprofundadas que tornaram possível novos conhecimentos e interpretações acerca da economia.

Ao publicar a obra da Teoria Geral (TG), Keynes objetivava contrapor-se à teoria econômica então vigente (neoclássica), cuja ideia se pautava em uma crença em existir uma espécie de auto regulador contra crises econômicas e desemprego. É importante destacar que esta teoria entendia o desemprego como algo essencialmente voluntário, isto é, só existe para quem deseja estar nesta condição. Na TG, Keynes procurou demonstrar justamente o contrário, ou seja, que este auto regulador era inexistente, bem como a maior parte do desemprego era involuntário. Além disso, um fator bastante relevante em sua concepção é o comportamento da sociedade como um todo, impactando diretamente nas decisões e planejamento dos agentes econômicos, o que não era assim considerado pelos clássicos.

A grande crise vivida em 1929 é utilizada por Keynes como um dos objetos de estudo para avaliar a falta de eficiência da teoria clássica sobre a concepção do desemprego.

Não é muito plausível afirmar que o desemprego nos Estados Unidos em 1932 tenha resultado de uma obstinada resistência do trabalhador em aceitar uma diminuição dos salários nominais, ou de uma insistência obstinada de conseguir um salário real superior ao que permitia a produtividade do sistema econômico. (KEYNES, 1936, p. 49)

Considerando que haja uma alta nos preços sem que haja uma elevação correspondente nos salários nominais dos trabalhadores, levando a redução do salário real, não significa que haverá uma diminuição da oferta de mão de obra disponível para o salário corrente, tal como previa o modelo clássico. O número de trabalhadores é definido de acordo com o nível de produção estabelecido; portanto, para que o número de trabalhadores aumente, o salário

nominal deveria ser reduzido. Para este equilíbrio, postulavam os clássicos, é fundamental que os preços e salários sejam flexíveis. Adicionalmente, ao tratar que as negociações entre empresários e trabalhadores determinam o salário real, a teoria clássica novamente é refutada por Keynes, já que o autor entende que um aumento nos preços, que reduziria o salário real dos trabalhadores não seria motivo para redução da oferta de trabalho. Sendo assim, cabe aqui evidenciar a definição do desemprego involuntário que foi exposto pelo autor da seguinte forma:

Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão-de-obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente. (KEYNES, 1936, p. 53)

Pode-se dizer que a busca pelo pleno emprego é um dos principais objetivos que conduz os pensamentos de Keynes. A razão para isto é de que, tal como sugerido por outros autores (Marx, em particular), os trabalhadores não conseguem se fazer empregar, mesmo que aceitem reduções indefinidamente grandes em seus salários. Vale dizer, a depender das circunstâncias econômicas da ocasião, haverá desemprego involuntário para qualquer nível de salários.

Um dos elementos centrais da abordagem clássica a ser destacado é a Lei de Say, segundo a qual “toda oferta gera sua própria demanda”, o que leva a entender que o total das receitas obtidas com produção e vendas será gasto por completo na compra dos produtos, isto é, para o pagamento da compra de produtos de terceiros. Portanto, a renda total de um indivíduo é inteiramente gasta na compra de serviços e mercadorias, sendo que, em caso de abstenção de consumo imediato, a compra que contribui para a produção de riqueza que espera se satisfazer no futuro, entende-se como uma poupança. Acreditava-se que o aumento da poupança seria sempre benéfico à economia de um país, pois induziria à queda das taxas de juros, o que, por sua vez, estimularia os investimentos produtivos e, conseqüentemente, a expansão da economia. Neste sentido, a tradução mais explícita à Lei de Say seria a seguinte: os ofertantes só produzem e vendem bens de serviços para poder comprar outros bens de serviços.

Temos até aqui, então, três hipóteses considerados na linha de raciocínio da teoria clássica, as quais são utilizadas por Keynes como forma de sustentação de sua teoria, sendo elas:

- (1) que o salário real é igual à desutilidade marginal do trabalho existente;
- (2) que não existe o que se chama desemprego involuntário no seu sentido estrito;

(3) que a oferta cria a sua própria procura, no sentido de que o preço da procura agregada é igual ao preço da oferta agregada para todos os níveis de produção e de emprego. (KEYNES, 1936, p. 58)

Dadas essas três hipóteses referentes a teoria clássica, torna-se mais fácil introduzir os pensamentos de Keynes abordados na TG. Como já mencionado, o que move o empresário é a busca pelo lucro monetário, sendo assim, esta é a variável que ele procura elevar ao máximo em seu momento de planejamento quando está por decidir a volume de emprego a ser contratado. Neste sentido, abordamos o conceito do preço de oferta agregada da produção, que nada mais é do que o preço mínimo que os empresários consideram vantajoso contratar o volume de emprego em questão, pensando no lucro futuro que irá receber com sua produção. De outra parte, a expectativa de receitas auferidas corresponde ao que empresário supõe que haverá de gastos no âmbito agregado. Logo, são as expectativas que determinam o volume de emprego. Sendo assim, os empresários buscam por fixar o volume de emprego em um nível que seja possível maximizar seus lucros, porém, em face de um desconhecimento do futuro; o que significa tomar decisões com base em subjetividade. Portanto, utilizando uma análise mais ilustrativa em que o propósito é a maximização dos lucros juntamente à definição do número de trabalhadores a ser contratado, caso o produto que os empresários esperam receber dado um número N de trabalhadores seja maior do que o preço de oferta agregada, isto significa que os empresários podem maximizar ainda mais os seus lucros (receitas efetivamente esperadas maiores que receitas mínimas esperadas), de tal forma que poderá aumentar o número de trabalhadores. Portanto, o volume de emprego estabelecido pelos empresários será o ponto de intersecção entre a oferta e a demanda agregada, isto é, a relação entre o preço de oferta agregada e o número de trabalhadores sobre o produto que os empresários esperam receber e o número de trabalhadores. Este ponto de intersecção é definido por Keynes como ponto de demanda efetiva. Resumidamente, os empresários estabelecem um determinado volume de empregos de acordo com os ganhos esperados resultantes da produção (demanda agregada), mas oferecer esse volume de trabalho gera custos, sendo que empresário busca maximizar seus lucros com base nesses custos (oferta agregada). Quando ambas se cruzam, temos o ponto da demanda efetiva.

Partindo desta análise, podemos concluir que a curva de demanda é crescente. Isto ocorre pelo fato de que quanto mais os empresários produzem e contratam trabalhadores, maiores gastos e consumos são gerados a outros empresários. Para produzir mais, o volume de compras com outros empresários aumenta; e quanto mais trabalhadores empregados, mais renda é disponibilizada, permitindo maior consumo e investimento por parte do trabalhador.

Este conceito diverge totalmente da teoria clássica, uma vez que, como já citado, a oferta cria a sua própria demanda para os clássicos e, portanto, a demanda efetiva adotará infinitos pontos de equilíbrio, visto que o preço da demanda agregada sempre se ajustaria ao preço da oferta agregada, seja qual for o valor de N , supondo, então, um aumento constante do número de trabalhadores. No modelo clássico o volume de produção é uma função de tecnologia, capital e mão de obra. No curto prazo, tanto o capital como a tecnologia são constantes, restando a mão de obra; sendo assim, quanto seria possível produzir levando em consideração essas variáveis? O mercado de trabalho define o volume da mão de obra contratada, assim como o salário dos trabalhadores que seria flexível. A concorrência entre os empresários é estabelecida pelo preço daquilo que está sendo produzido, cuja produtividade é decrescente, algo que se aplica a estrutura de mercado de concorrência perfeita. Ou seja, em determinado momento, a produção só se elevará com o aumento do número de trabalhadores contratados, embora com a diminuição da produtividade e dos seus salários reais.

Partindo do princípio da demanda efetiva, o qual entendemos que envolve uma cadeia de gastos na qual o desembolso de um indivíduo leva a geração de renda para outro; podemos concluir que uma variação na renda é exatamente igual a somatória da variação no consumo e no investimento. Essa análise está associada a um conceito que Keynes julga um dos mais relevantes para a discussão de suas ideias sobre o princípio da demanda efetiva, que, contudo, não foi dada a devida importância pelos críticos de sua obra: trata-se da Lei Psicológica Fundamental.

Ela [a lei psicológica] simplesmente afirma que uma elevação na renda irá se dividir em alguma proporção ou em outra entre gastos e poupança, e que quando nossa renda aumenta é extremamente improvável que isso terá o efeito de nos fazer gastar menos ou poupar menos do que antes. (KEYNES, 1937, p. 10)

Sendo assim, os gastos em consumo e investimento dependem diretamente do nível de renda. Keynes, em *A Teoria Geral do Emprego* (1937), publicado após a TG de modo a rebater os críticos de sua obra, complementou este assunto da seguinte forma:

As rendas são parcialmente criadas por empresários que produzem para investimento e parcialmente por empresários que produzem para consumo. A quantidade que é consumida depende da quantidade de renda que assim é criada. Por isso a quantidade de bens de consumo que irá compensar aos empresários produzirem depende da quantidade de bens de investimento que eles estão produzindo. (KEYNES, 1937, p. 11)

Esta conclusão se torna possível pelo fato de que quando a renda real aumenta, o consumo agregado também aumenta, porém, em um nível menor do que o primeiro. Deste modo, os empresários, em um primeiro momento, sofreriam uma perda com o aumento total do emprego. Isso faz com que eles, para justificar o volume de emprego, destinem um volume de investimento suficiente que possa atender o excesso de produção total no nível em que a comunidade consumirá assim que o emprego atingir determinado nível. Caso este volume de investimento não seja atendido, os empresários não serão capazes de oferecer tal volume de emprego, uma vez que suas receitas se apresentarão menores. Portanto, é válido dizer que

(...) dado o que chamaremos de propensão a consumir da comunidade, o nível de equilíbrio do emprego, isto é, o nível em que nada incita os empresários em conjunto a aumentar ou reduzir o emprego, dependerá do montante de investimento corrente. (KEYNES, 1936, p. 62)

A propensão marginal a consumir seria uma variável que está relacionada diretamente à variação da renda e à variação do consumo, podendo, algebricamente, ser escrita da seguinte forma:

$$\Delta C = PMgC \times \Delta Y$$

Sabendo que a renda é determinada pela soma de gastos em consumo e investimento, aplicando a substituição de variáveis, teríamos:

$$\Delta Y = \Delta C + \Delta I$$

$$\Delta Y = PMgC \times \Delta Y + \Delta I$$

$$\Delta Y - PMgC \times \Delta Y = \Delta I$$

$$\Delta Y (1 - PMgC) = \Delta I$$

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - PMgC} \times \Delta I$$

Sendo que: Y = renda; C = consumo; I = investimento; e PMgC = propensão marginal a consumir.

Neste sentido, sabendo que os gastos com consumo são gastos induzidos, fica claro que os gastos com investimento são determinantes para este modelo, visto que tratam-se de gastos autônomos e independentes. Juntamente à demonstração matemática acima, deve-se dizer que a propensão marginal a consumir varia de acordo com os níveis de renda do indivíduo. Isto é, para indivíduos com uma renda exacerbada, a PMgC seria mais baixa, tendendo a zero quanto maior a renda, sendo que para uma comunidade com um nível de renda menor, a PMgC seria

maior, tendendo a 1. Desta forma, a PMgC consiste em um valor que varia entre 0 e 1 dependendo do nível de renda da comunidade.

A relação que precede o investimento na expressão acima, ou seja, $\frac{1}{1-PMgC}$, é definida por Keynes como Efeito Multiplicador. Vejamos o porquê. Consideramos, uma PMgC no valor de 0,75:

$$\Delta Y = \frac{1}{1 - 0,75} \times \Delta I$$

$$\Delta Y = 4\Delta I$$

Seguindo este raciocínio, a cada 100 reais investidos, teríamos uma renda 4 vezes maior. Voltando a equação de renda, consumo e investimento, teríamos:

$$400 = \Delta C + \Delta I$$

Assim, sabendo que a renda gera consumo e aquilo que não é destinado ao consumo é destinada à poupança, seguiríamos um fluxo cuja renda seria cada vez menor, uma vez que sua parcela se reduziria gradualmente, pois parte desta renda se tornaria poupança. Parte desta renda que foi destinada ao consumo, por sua vez, gera uma nova renda de outro, cujo processo se repetirá e, portanto, o nome Multiplicador. Como dito anteriormente, caso haja sucessivos aumentos no nível médio da renda, em um determinado momento em que a comunidade se estabeleça financeiramente, sua PMgC, seguindo a Lei Psicológica Fundamental, tenderia a ser cada vez menor, aumentando a sua propensão marginal a poupar. Desta forma, um investimento modesto que poderia ser realizado anteriormente, não terá o mesmo resultado de suficiência na garantia do pleno emprego, de modo que se faça necessário conciliar a propensão a poupar dos mais ricos com o emprego dos mais pobres. Nesta comunidade bem estruturada e financeiramente elevada, caso o estímulo ao investimento seja baixo, a insuficiência da demanda efetiva levará à redução da produção real de tal forma que ela regresse tanto que os excedentes sobre o consumo levem a um nível correspondente ao baixo incentivo de investimento.

Como um modo de conectar os tópicos discutidos até aqui, Keynes conclui da seguinte forma:

Não é, portanto, a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salários reais, que determina o volume de emprego, exceto no caso em que a oferta de mão-de-obra disponível a certo salário real fixe um nível máximo de emprego. A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salários reais — não o inverso. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da

demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. (KEYNES, 1936, p. 64)

A partir do exposto acima, começamos a compreender uma das principais concepções keynesianas para o desenvolvimento de sua teoria, a qual está baseada na ideia sobre o investimento e a eficiência marginal do capital. Primeiramente, retomemos um conceito básico da contabilidade social e extremamente importante que nos conduzirá para o melhor esclarecimento que aqui se pretende chegar: gasto de um gera renda do outro. Tendo isto em mente, podemos associar o fato de que as decisões de um agente pelo dispêndio geram impactos nas decisões de outros agentes, uma vez que está gerando renda para um terceiro. Além disso, ao optar pelo investimento, o empresário toma como benefício o direito ao fluxo de rendas futuras que serão geradas com a receita produzida a partir deste investimento realizado até o fim da vida útil do bem de capital adquirido. Ainda nesta linha de raciocínio, temos também o preço de oferta do bem, ou seja, o preço capaz de induzir empresário responsável por sua fabricação a produzir uma unidade extra deste capital. A relação entre ambos, isto é, a renda esperada de um bem de capital e o seu preço de oferta, nos leva exatamente à eficiência marginal do capital (EfMgK). Sendo assim, podemos entender a EfMgK como sendo uma “taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta”. (KEYNES, 1936, p. 149)

Portanto, deixemos claro que a EfMgK está associada a uma expectativa da renda e do preço de oferta corrente do bem de capital. Não se trata de um resultado histórico de um investimento sobre seu custo original, mas sim de uma taxa de retorno esperado a partir do valor investido em um bem recentemente produzido. Vale dizer que quanto maior o investimento em certo tipo de capital durante um período, menor será a eficiência marginal do capital, tanto pelo fato da renda esperada ser menor com base no aumento da oferta deste capital, como pelo fato do preço de oferta se elevar neste caso. Sendo assim, semelhante ao que ocorre na decisão dos empresários em contratar trabalhadores, para a eficiência marginal do capital também haverá uma curva de demanda.

Torna-se, portanto, evidente que a taxa efetiva de investimento corrente tende a aumentar até o ponto em que não haja mais nenhuma classe de bem de capital cuja eficiência marginal exceda a taxa de juros corrente. Em outras palavras o investimento vai variar até aquele ponto da curva de demanda de investimento

em que a eficiência marginal do capital em geral é igual à taxa de juros do mercado. (KEYNES, 1936, p. 150)

Fica evidente, portanto, que o investimento está diretamente associado às expectativas dos empresários de acordo com a renda esperada proporcionada pelo capital, levando-se em conta todos os desdobramentos de produção com a implementação do bem, ou seja, à eficiência marginal do capital. Além disso, sabendo-se que os investimentos também estão associados aos níveis da taxa de juros, isto é, quanto menor a taxa de juros, maior o incentivo para investir, é importante estabelecer uma definição para que não haja confusão. A taxa de juros limita novas decisões de investimento, cujo papel será semelhante a um balizador, uma vez que só haverá investimentos que projetem um retorno acima desta taxa. Sendo assim, uma taxa de juros baixa não necessariamente implicará em maiores investimentos, pois isto dependerá da comparação com a eficiência marginal do capital e o comportamento da sua curva de demanda.

Neste sentido, ressaltando este ambiente de incertezas fundamentais decorrentes de um alto grau de subjetividade relacionado à precariedade do conhecimento relevante para determinação das rendas futuras dos ativos, em que a variação das expectativas é a base para a determinação do investimento, que, por sua vez, é a base para a determinação da renda, podemos dizer ainda que uma expectativa de queda da taxa de juros pode determinar a taxa de juros para suas vias de fato. Portanto, nos deparamos aqui com mais um distanciamento da teoria clássica, uma vez que a renda não é dada, mas sim determinada em um nível totalmente aberto a flutuações. Nas palavras de Keynes:

A razão indubitável de por quê o sistema ortodoxo falhou em descobrir esta discrepância é porque ele sempre assumiu tacitamente que a renda está dada, claramente, ao nível correspondente ao emprego de todos os recursos disponíveis. Em outras palavras [o sistema ortodoxo] está assumindo tacitamente que a política monetária é tal que ela mantém a taxa de juros em um nível compatível com o pleno emprego. Ele [o sistema ortodoxo] é incapaz de lidar com o caso geral em que o emprego está suscetível a flutuar. Assim, ao invés da eficiência marginal do capital determinar a taxa de juros, é mais verdadeiro (sem se pretender ser o ponto final do assunto) que é a taxa de juros que determina a eficiência marginal do capital. (KEYNES, 1937, p. 13)

Arelado a esta incerteza fundamental relacionada ao futuro, torna-se inevitável atribuir um risco sobre as decisões do empresário, haja visto que não é possível afirmar que este investimento lhe trará os retornos esperados, conforme já evidenciado aqui anteriormente. Entretanto, não somente os empresários estão expostos a este risco, como também os denominados emprestadores. Uma coisa é certa, para que o investimento ocorra, é necessário

que haja gasto e para esse gasto existir, é necessário que haja poder de compra por parte do empresário. Sendo assim, como realizar um investimento sem possuir poder de compra? É nesse momento que surge a figura do emprestador, a partir da concessão de créditos ao empresário para que torne possível o investimento. Portanto, neste ambiente, haverá dois tipos de risco: um deles é o risco do empresário ou o risco do tomador de empréstimo; e o outro é o risco do emprestador, que concede o empréstimo. Logicamente, o retorno esperado do empresário que toma crédito neste caso deveria ser muito maior do que outro caso em que não exista a figura do emprestador, isto porque, no primeiro, haveria uma duplicação do risco. Por exemplo, um empresário que vem apresentado resultados ruins em sua empresa, em um ambiente de negócios arriscado, qual a vantagem do emprestador em conceder os créditos? Quanto maior o risco, maior o prêmio. Sendo assim, maior será a margem exigida pelo emprestador entre sua remuneração e a taxa de juros para que seja convencido a conceder o crédito necessário.

Em um período cujo otimismo reina sobre o andamento da economia, esta relação entre empresário e emprestador funciona bem, o capital gira e as dívidas são pagas, contudo, é justamente este mar de otimismo que, em determinado momento, gera um crescente endividamento, culminando em uma reversão, assim como sugere a hipótese da fragilidade financeira, de Minsky. Trata-se de um caráter cíclico do otimismo quanto a ambos riscos, sendo uma antecipação do futuro como chave de determinação do presente. Daí a importância que tiramos sobre o investimento em um bem de capital.

É a existência de um equipamento durável que liga a economia futura à economia presente. É, portanto, consoante com e em concordância a nossos princípios gerais de pensamento que a expectativa sobre o futuro deva afetar o presente por intermédio do preço de demanda por equipamento durável. (Keynes, 1936, p. 157)

Tendo esclarecido as questões da importância do investimento e da eficiência marginal do capital na economia, abordemos mais amplamente agora outro tópico fundamental, a taxa de juros. Basicamente, podemos dizer que enquanto a primeira governa as condições em que se procuram fundos disponíveis para novos investimentos, a segunda governa os termos em que estes fundos são corretamente oferecidos. Seria, portanto, um fator de equilíbrio que busca a igualdade entre a demanda de poupança, a qual é resultado de um novo investimento que pode ser realizado a uma determinada taxa de juros, e a oferta de poupança, suprida esta taxa pela propensão psicológica da comunidade a poupar. (KEYNES, 1936)

O entendimento sobre determinação da taxa de juros inicia-se pela ideia da Lei Psicológica Fundamental já abordada aqui, em que parte da renda de um indivíduo será

consumida e a outra parte reservada de alguma forma para consumo futuro. A questão central está justamente nessa parte reservada ao consumo futuro: como deseja conservar esta parte da renda para o consumo futuro? Há duas maneiras que isto pode ser feito: a opção pela retenção da moeda, do dinheiro em si, e a opção em atrelar este dinheiro durante um período específico ao mercado, deixando que suas condições futuras atuem sobre o poder aquisitivo, substituindo a decisão postergada por bens específicos para a decisão imediata de bens gerais. Retomando a pergunta anterior, em outras palavras, qual o grau de preferência pela liquidez? Nas palavras de Maria de Lourdes Rollemberg Mollo:

O conceito de poupança ex-ante não faz então sentido, e a decisão de poupar não é a decisão relevante. A decisão de poupar não é uma decisão em si mesma. Dadas tais incertezas, ela é apenas o resíduo de uma outra decisão, a de consumir. A partir desta decisão existe uma outra, está relacionada à taxa de juros, qual seja, a do que fazer com a poupança, se comprar títulos ou entesourar. Mas esta segunda decisão depende da preferência pela liquidez (MOLLO, 1988, p. 9)

Sabemos que a taxa de juros é entendida como um prêmio pela renúncia à liquidez, ou em outras palavras, “é o ‘preço’ mediante o qual o desejo de manter a riqueza em forma líquida se concilia com a quantidade de moeda disponível” (KEYNES, 1936, p. 175). Desta forma, podemos deduzir que caso a taxa de juros diminua, ou seja, o prêmio pela renúncia à liquidez seja menor, o volume agregado de moeda que a comunidade desejaria possuir seria maior do que a oferta disponível. Esta lógica também é válida para uma situação inversa, isto é, caso a taxa de juros seja maior e, por consequência, um aumento na recompensa pela renúncia à liquidez, haveria um excedente de moeda, uma vez que ninguém estaria disposto a retê-la. Portanto, além da preferência pela liquidez, a quantidade de moeda disponível é outro fator determinante da taxa de juros. De forma resumida, a quantidade de moeda (M) está diretamente associada à taxa de juros (r) como função da preferência pela liquidez (L): $M=L(r)$.

Cabe-nos, neste sentido, retomar o conceito sobre as funções da moeda, sendo elas: unidade de conta, meio de troca e, principalmente, reserva de valor, ou seja, preserva o poder de compra ao longo do tempo. Ao contrário do que propunha os clássicos, a moeda não pode ser entendida apenas como um meio de transação, visto que as decisões são tomadas de forma descentralizada, além de que, estas decisões hoje não somente impactam o futuro, como se baseiam no que se espera sobre o futuro. Portanto, por meio dessa função da moeda em se transportar no tempo como reserva de valor, a faz, por si só, desejável, desmistificando o entesouramento como uma atitude irracional. Embora chegássemos a conclusão de que o

entesouramento é racional, por qual motivo optar pela preferência pela liquidez? Keynes enumera três argumentos para isso:

(i) o motivo transação, isto é, a necessidade de moeda para as operações correntes de trocas pessoais e comerciais; (ii) o motivo precaução, ou seja, o desejo de segurança com relação ao equivalente do valor monetário futuro de certa parte dos recursos totais; e (iii) o motivo especulação, isto é, o propósito de obter lucros por saber melhor que o mercado o que trará o futuro. (KEYNES, 1936, p. 176)

A curva pela preferência pela liquidez que relaciona a quantidade de moeda à taxa de juros pode ser assumida como uma curva regular, a qual demonstra que à medida que a quantidade de moeda aumenta, a taxa vai diminuindo. Este conceito é entendido por meio de diversas formas. Uma delas refere-se ao motivo de transação citado anteriormente: “se a queda da taxa de juros aumenta a renda nacional, o volume de moeda que convém reservar para as transações crescerá mais ou menos proporcionalmente com o aumento da renda” (Keynes, 1936, p. 177). Outro fator é que, cada redução da taxa de juros pode implicar em um aumento sobre o desejo em conservar certa quantidade de moeda, uma vez que possuem opiniões divergentes do mercado quanto à futura taxa de juros. Da mesma forma que há opiniões divergentes sobre a taxa de juros futura, pode ocorrer de haver uma opinião unânime, o que faria com que uma pequena variação nas taxas atuais levasse a um caminho em direção à busca da liquidez. Portanto, fica evidente como a estabilidade do sistema e a sua reação quanto às variações na quantidade de moeda dependem diretamente de uma gama de opiniões sobre o futuro, o qual, insistimos em dizer, é incerto. Sendo assim, para o melhor funcionamento do sistema econômico através da variação da quantidade de moeda, podemos concluir que o melhor cenário é aquele onde as opiniões se divergem, permitindo maiores interações entre os indivíduos.

A taxa de juros é então, para Keynes, um fenômeno monetário diretamente associado à preferência pela liquidez e à demanda de moeda como reserva de valor, a qual está vinculada a um alto grau de subjetividade dos agentes devido a todas as incertezas futuras que baseiam a economia. Por fim, com o intuito de destacar a incerteza, bem como relacionar todos os elementos abordados neste capítulo, concluímos nas palavras de Keynes:

Embora seja de esperar que, *coeteris paribus*, um aumento na quantidade de moeda reduza a taxa de juros, isto não ocorrerá se a preferência do público pela liquidez aumentar mais que a quantidade de moeda; e, conquanto se possa esperar que, *coeteris paribus*, uma baixa na taxa de juros estimule o fluxo de investimento, isto não acontecerá se a escala da eficiência marginal do capital

cair mais rapidamente que a taxa de juros; quando, enfim, se possa esperar que, *coeteris paribus*, um aumento do fluxo de investimento faça aumentar o emprego, isso não se produzirá se a propensão a consumir estiver em declínio. Finalmente, se o emprego aumentar, os preços subirão numa proporção que depende, em parte, da forma das funções da oferta e, em parte, da tendência da taxa de salários subir em termos monetários. Quando a produção tiver aumentado e os preços subido o efeito que daí resultará sobre a preferência pela liquidez será o de aumentar a quantidade de moeda necessária para aumentar dada taxa de juros. (KEYNES, 1936, p. 178)

Como resultado da citação apresentada, é que o investimento privado não tem dentro de si absolutamente nenhuma tendência que o leve, em qualquer momento, necessariamente, ao pleno emprego. Neste sentido, seguimos para uma lógica de pensamento keynesiano, onde é proposto uma relação entre política fiscal e política monetária, em que a atuação desta última seria para a viabilização da precificação de ativos em benefício à produção, enquanto que a primeira partiria em direção para práticas em que naturalmente haveria cooperação entre Estado e investidores. Ou seja, as políticas tanto monetárias quanto fiscais seriam estabelecidas com o objetivo de manutenção e incentivo das expectativas dos empresários quanto à demanda efetiva por seus produtos, de modo que a confiança quanto ao futuro efetive suas decisões em investir. Assim, é importante lembrar que o empresário através deste investimento em bens de capital, maquinário e equipamentos, seria o responsável, portanto, pela criação de renda e aumento da riqueza social, uma vez que detém a capacidade de empregar outros indivíduos. Entretanto, este sucesso dependerá do comportamento dos demais agentes.

Para Keynes, o pleno emprego, o objeto central do estudo e teorização do britânico, só ocorreria em um cenário onde a

totalidade das propensões individuais a consumir, somada à totalidade dos incentivos individuais a investir, se combinarem de uma força que impeça qualquer discrepância entre o investimento corrente e o preço de oferta da produção deduzido do que a sociedade demandou em consumo” (FERRARI FILHO e TERRA, 2011, p. 275)

Ou seja, o pleno emprego seria algo provavelmente inalcançável, podendo acontecer somente por acidente. De qualquer forma, se consolida o entendimento de que o comportamento sobre o todo se sobressai sobre ações individuais, assim como se sobressai também expectativas e decisões de longo prazo para ampliação da riqueza social. Em consonância a este entendimento, devemos complementar que essas expectativas e decisões dos empresários não devem ser tomadas através de uma compreensão sobre a autorregulação econômica como sugeria o pensamento neoclássico através do *laissez faire*, uma vez que, fora o que já fora

exposto anteriormente, não haveria uma consolidação das premissas que levaram ao investimento do empresário em se realizarem. Sendo assim, é necessário que haja uma coordenação das políticas econômicas por meio de uma sintonia entre iniciativas públicas e privadas (Keynes, 1936). Ficaria, portanto, à função do Estado permitir levantar as maiores informações possíveis de modo a propiciar a confiança sobre as premissas que norteiam as decisões dos empresários, atuando, assim, como coordenador da atividade econômica. Essa coordenação se torna ainda mais importante ao se compreender os problemas inerentes ao capitalismo, cujos principais são o desemprego e a desigualdade social em função da distribuição de renda e riqueza. Para tal, Keynes propunha que “o Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, seja através de seu sistema de tributação, seja, em parte, por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas”. (Keynes, 1936, p. 378)

A socialização dos investimentos, portanto, seria o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego. Em combinação a isto, Keynes destaca a atuação da política como o principal provedor desta socialização juntamente a 3 tópicos essenciais: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. Para que isto seja possível, esta política deveria estar direcionada para uma gestão macroeconômica, permitindo a contribuição da iniciativa privada de modo mais abrangente, evitando concentrações de oportunidade e de renda, o que poderia ocorrer caso se estabelecessem políticas microeconômicas.

Interessa, no tocante à política monetária, usar a taxa de juros de referência da economia, ou seja, a taxa de juros administrada pelo Banco Central, como guia das expectativas, de modo a sinalizar aos agentes econômicos o que se espera sobre as demais taxas de juros, isto é, o nível mais baixo possível. Adicionalmente, também aponta dois ambientes de circulação econômica: industrial e financeira, cujos próprios nomes nos sugerem sua ideia, sendo o primeiro referente a ativos de capital e o segundo referente a ativos monetários e financeiros. Desta forma, de acordo com as expectativas vigentes no mercado, o investidor estaria tendenciado a atuar na circulação financeira em detrimento à circulação industrial. (FERRARI FILHO e TERRA, 2011)

Apesar de conceder uma grande importância à economia monetária, o objeto principal para abordagem de Keynes é a escala de investimentos e, neste sentido, atribui à intervenção estatal como encorajadora de investimentos um fator mais importante. Este conceito remete à concepção da política fiscal proposta por ele, a qual está pautada, principalmente, na administração de gastos públicos e política de tributação, sendo esta responsável por viabilizar que a renda desigualmente distribuída da sociedade seja realocada, seja por tributação da renda,

via impostos indiretos, seja por impostos sobre heranças (FERRARI FILHO e TERRA, 2011). Assim como ocorreu na compreensão da política monetária, isto também acontece na política fiscal através da divisão de dois orçamentos: corrente e capital. O primeiro se refere a um fundo de recursos necessários para a manutenção dos serviços básicos oferecidos pelo Estado, como saúde e educação pública, saneamento básico, sendo que este orçamento deveria estar sempre superavitário. Já o orçamento de capital estaria associado a despesas públicas referentes a investimentos produtivos para manutenção da estabilidade do sistema econômico, de tal modo que estimule o nível de confiança racional dos empresários na demanda efetiva futura sobre seus produtos. Neste caso, o próprio orçamento construiria seu superávit, cujos investimentos públicos a ele associados seriam complementares aos investimentos da iniciativa privada. Assim, Keynes (1936) entende que os gastos com capital devem, no mínimo parcialmente, se não integralmente, compensar a si mesmo. Ou seja, a política pretendida pelos gastos públicos busca o equilíbrio do orçamento em geral.

Sabendo da importância do tempo e sua influência sobre as expectativas e decisões dos empresários, a política fiscal com seu objetivo de estabilizador automático não deve ser tratada como algo casual e de maneira “emergencial”. Isto é, para que atue de forma efetiva, a política fiscal deve ser planejada, com objetivos de longo prazo, capaz de encurtar a gama de incertezas. Em outras palavras, se trata de um controle preventivo, em que, garantindo a inexistência de diversas flutuações futuras no longo prazo, o curto prazo se torna mais facilmente corrigido.

Em sua teorização, Keynes propõe meios para os quais as ações devem ser tomadas em prol da sustentação dos níveis de investimentos, ao qual estão mais associados à estabilização da confiança sobre os negócios empreendidos do que sobre um plano para obras públicas financiadas por lançamento de dívidas. Ou seja, sua política compreende na manutenção dos níveis de demanda efetiva, de modo a conter o desemprego involuntário justamente através desta confiança dos empresários, tendo como fim a construção de uma sociedade em que se destaque os tópicos citados anteriormente de eficiência econômica, justiça social e liberdade individual.

Concluimos, então, que o principal objetivo de Keynes com a exposição de suas teorias era de solucionar as crises de demanda efetiva e o problema do desemprego e distribuição desigual de renda entre as diversas classes sociais, o qual se pautava pela intervenção do Estado por meio das políticas econômicas monetárias e fiscais. Neste sentido, algumas interpretações sobre os pensamentos do britânico levavam-no para o desejo do fim do capitalismo, com uma reforma do sistema que idealizaria uma utopia não capitalista, que se aproximava mais das

sociedades comunistas ou de esquerda do que as sociedades propriamente capitalistas. Entretanto,

Keynes não queria que o capitalismo sucumbisse; muito pelo contrário, queria reformá-lo e salvá-lo. Para tanto, rejeitando o capitalismo à la *laissez-faire*, ele propõe um capitalismo regulado em que as disfunções do mercado fossem suprimidas pela intervenção do Estado para, por um lado, garantir e sustentar o pleno emprego e, por outro, atacar o excessivo grau de concentração de renda e de riqueza. (FERRARI FILHO e TERRA, 2011, p. 292)

Portanto, as propostas de Keynes visavam o capitalismo a caminho do crescimento econômico sustentável e do desenvolvimento social, de tal forma que, futuramente, o problema econômico não seja o principal problema da raça humana, e que a riqueza material concentrada por poucos pudesse ser compartilhada por toda a sociedade.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA – DO AUGE À DERROCADA DA *GOLDEN AGE*

Inicialmente, ao tratarmos do desenvolvimento do capitalismo desenvolvido, é válido mencionar alguns tópicos que contribuem para um crescimento menos problemático, sendo: i) o poder militar, que permite alianças e expansão do poder político; ii) o controle da moeda e finanças internacionais, que possibilita maior segurança e liquidez, e; iii) o controle sobre a tecnologia e o progresso técnico, que proporciona evolução, produtividade e conhecimento, gerando melhores retornos (CARDOSO DE MELLO, 1997). Neste sentido, o crescimento econômico dos países não depende propriamente de suas características, mas sim de determinantes externos que estão relacionados a este processo, como o modo de atuação do regime monetário internacional, principalmente a partir do país central que está operando-o, e a ideologia geopolítica das potências que conduzem a economia mundial. Assim, destacam Medeiros e Serrano:

O país que emite a moeda de curso internacional, por não estar diretamente sujeito à restrição de balança de pagamentos, cumpre um papel fundamental no controle da expansão da demanda efetiva e da liquidez internacional (Triffin, 1972), influenciando a divisão internacional do trabalho de forma decisiva, tanto pela criação e expansão dos mercados internacionais quanto pela viabilização de seu financiamento (Prebisch, 1949). Por outro lado, a forma e a direção que a criação de mercados e a expansão da integração financeira comandada pelo país central assumirá será influenciada pela situação geopolítica internacional, principalmente no que diz respeito às

rivalidades e à natureza dos conflitos entre as principais potências internacionais. (MEDEIROS e SERRANO, 1999, p. 2).

De forma a analisar a prática do capitalismo baseada na teoria exposta até aqui e estabelecer uma conexão com as visões de Keynes e suas propostas sobre este sistema e as relações sociais que o permeiam, tratemos de um contexto histórico em que podemos observar as grandes mudanças temporais e as fases relacionadas ao capitalismo: a Golden Age (1945 a 1971, aproximadamente) e os anos que a sucedem, marcados por uma grande turbulência econômica, muito distante dos anos dourados. Este período se inicia após a Segunda Guerra Mundial, em que se destaca um cenário bastante devastado e conflituoso, quando ideologias políticas se sobressaíam como as principais fontes de antagonismos, e se desdobra para seu fim no início da década de 1970, principalmente com o colapso de Bretton Woods e a crise do petróleo, partindo para um período bastante nebuloso da história econômica.

O cenário pós-segunda guerra apresentava incertezas e receios sobre o que poderia acontecer no curto prazo, o que levou as principais economias capitalistas desenvolverem medidas de modo a evitar novas recessões, entre os principais focos, objetivava-se evitar o retorno do desemprego em massa, assim como os desequilíbrios sociais também deveriam ser amenizados. Até aqui, em princípio, podemos associar essas medidas bastante condizentes com as ideias de Keynes, servindo como base para a gestão macroeconômica. Como citado anteriormente, aflora-se a concorrência entre dois sistemas econômicos antagônicos que eram liderados pelas grandes potências mundiais da época: Estados Unidos e União Soviética. Tal conflito geopolítico visava a influência sobre os mercados dos Estados nacionais e a ordem predominante a ser seguida.

Esse conflito passa a subordinar a concorrência entre os Estados nacionais capitalistas tanto pelos mercados quanto pelo poder. O segundo aspecto essencial é a afirmação da supremacia industrial, comercial, financeira e militar dos EUA sobre as demais economias do bloco capitalista. Como peça importante neste último aspecto, criou-se um sistema monetário internacional supervisionado por instituições como o FMI e o BIRD subordinados ao controle e aos interesses americanos. (MEDEIROS e SERRANO, 1999, p.10)

Neste cenário, portanto, o aspecto referente à posição estratégica no contexto da Guerra Fria, isto é, no conflito EUA *versus* URSS, é fundamental e altera significativamente as características das condições externas gerais do crescimento acelerado e de acesso de países capitalistas ao meio de pagamento internacional. Pode-se dizer que as condições que os Estados

Nacionais passariam a atuar basicamente direcionaram para os principais elementos explicativos do ciclo de expansão que determinou a Golden Age.

Como tópico inicial para a recuperação das economias nacionais após a grande devastação da Guerra, principalmente pela derrotada Alemanha, tratemos do acordo de Bretton Woods, assinado em 1944 nos EUA. Tal regime fora construído a partir das negociações entre o país sede e Grã-Bretanha com a finalidade de formular uma proposta consensual de reorganização financeira e comercial do sistema econômico mundial após a Segunda Guerra, de tal forma a promover a cooperação econômica, facilitando o comércio internacional, padronizando as políticas cambiais e construindo um sistema financeiro multilateral entre os países, tendo em vista o alcance e manutenção dos altos níveis de emprego e renda das economias nacionais.

As primeiras tratativas entre os países foram abordadas por Keynes, do lado britânico, e Harry White, do lado americano. Keynes trabalhava numa proposta de reorganização do sistema monetário mundial, de forma a atender aos objetivos de uma política econômica compartilhada internacionalmente pelos Estados Nacionais, mas que, ao mesmo tempo, não comprometesse a estabilidade financeira e os níveis de emprego domésticos. Keynes previa uma câmara de compensações internacionais que emitiria uma moeda bancária chamada “*bancor*”, para a qual as moedas nacionais estariam referidas. Com isto, o britânico pretendia facilitar o crédito aos países que apontassem déficits, uma vez que aqueles que apontassem superávits compensariam o crédito. A ideia, portanto, era impedir os ajustes deflacionários e manter as economias nacionais no pleno emprego. A União de Compensações centralizaria os pagamentos associados a importações e exportações e os bancos centrais atuariam como membros desta Câmara, efetuando os pagamentos nacionais.

Já White, que fora auxiliado pelos departamentos de Estados e do Tesouro, conduzia a elaboração dos planos econômicos para a reconstrução do pós-guerra no âmbito comercial e na formulação de propostas para reorganização do sistema financeiro internacional através da criação de um banco de reconstrução e desenvolvimento e de um fundo de estabilização das nações unidas, visando a liberalização progressiva do comércio internacional por meio da redução das barreiras tarifárias. Este fundo de estabilização seria responsável por manter um acervo de moedas nacionais que deveriam ter aceitação internacional e ser o meio de pagamento das operações estrangeiras. A liquidez internacional seria de responsabilidade das políticas monetárias dos países que emitissem a moeda aceita internacionalmente. A participação dos Estados seria limitada à sua contribuição, dando clara vantagem aos EUA e aos outros países que contribuíssem em maior volume.

O acordo foi firmado em 1944 predominando os interesses apresentados por White, quando foi estabelecida a criação de entidades internacionais de apoio como o FMI (Fundo Monetário Internacional), GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) e do BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento), de modo a promover a fiscalização e supervisão econômica e financeira. Com isto, ao mesmo tempo que se procurava eliminar as barreiras impostas ao comércio por conta de restrições cambiais, era defendida a adoção de um sistema de taxas de câmbio fixas e de controle de movimento de capitais, juntamente à disponibilidade de financiamentos de curto e médio prazo, impedindo crises agudas ou desequilíbrios estruturais nos balanços de pagamentos dos Estados Nacionais. Adicionalmente, como consequência de assumir o papel de nação líder da nova ordem internacional, algumas medidas beneficiaram os EUA, como a definição da moeda que viabilizaria esse sistema de pagamentos internacionais sendo o dólar, ancorado numa espécie de padrão monetário ouro-dólar com a criação do lastro, onde cada dólar seria equivalente a 35 gramas de ouro. A partir destes benefícios e demais posições definidas no acordo, torna-se claro para Keynes que os EUA não atuavam como uma devida organização monetária através do FMI e do Banco, mas sim como uma organização política, de tal forma que seus interesses de hegemonia política e econômica se sobressaía rumo à posição de maior potência mundial.

Em conexão com o conflito geopolítico entre EUA e URSS, a defesa de uma ordem econômica multilateral, especialmente em relação ao comércio, passou a ser um dos pilares da posição norte-americana na negociação com os britânicos. O interesse estadunidense no pós-guerra, portanto, era a reestruturação da ordem internacional seguindo os princípios amplos do multilateralismo. O aumento no comércio mundial no pós-guerra era visto como uma condição para garantir o pleno emprego doméstico, assim como garantir a continuidade do sistema capitalista internacional e evitar novos conflitos armados. Assim, ficam claros os dois principais objetivos da política econômica do pós-guerra: a obtenção e conservação do pleno emprego doméstico e a expansão do comércio mundial, sem que, portanto, um seja atingido em detrimento do outro.

Nesse sentido, do ponto de vista do comércio internacional, os princípios fundamentais que orientam o multilateralismo são o da nação mais favorecida – segundo o qual qualquer concessão feita a um parceiro tem de ser estendida aos demais – e o da reciprocidade, que exige que qualquer concessão feita receba, em troca, uma compensação correspondente e satisfatória. Desta forma, o multilateralismo pode ser, em princípio, compatível com uma situação na qual o protecionismo comercial seja considerável, desde que afete igualmente a todos os parceiros que participem do regime comercial (...). (DELGADO, p. 20, 2009)

Após a definição do dólar como a moeda internacional, torna-se necessário que os EUA assumissem a responsabilidade de prover uma liquidez internacional suficiente, de tal forma que garantisse a confiança sobre a moeda com uma baixa inflação interna, assumindo, ainda, o risco do sistema, uma vez que se tornaria o credor internacional de última instância, além de garantir as taxas de câmbio relativamente estáveis, conforme já citado anteriormente, favorecendo a competitividade dos aliados dentro do sistema Bretton Woods. Assim surge um dos problemas a serem superados neste acordo: a liquidez internacional em dólar.

Os acordos de Bretton Woods constituíram um modelo de sistematização, em escala mundial, das relações entre os Estados e o sistema monetário. A paridade ouro-dólar, indubitavelmente, logrou aos Estados Unidos grandes vantagens em relação aos demais países. Ao contrário do ouro, o dólar poderia ser criado com vistas a expandir o comércio internacional. Quantidades ingentes de dólares oriundos dos EUA se direcionavam ao financiamento de bases militares, programas de ajuda, investimentos no exterior de empresas americanas e empréstimos a bancos estrangeiros. O mecanismo responsável pelo sucesso do sistema Bretton Woods eram os crônicos déficits no balanço de pagamento dos EUA, que foi a forma por eles utilizada para expandir a oferta de moeda internacional. (SIMON, p. 33, 2011).

Devido ao cenário devastador da Guerra, a Europa não possuía condições de exportar demasiadamente para os EUA, o que leva a introdução do BIRD, responsável por fornecer empréstimos para a reconstrução da Europa, de modo a garantir a tal confiança e segurança que os credores privados não possuíam, levando, ainda, a transferência do dólar para os países europeus, os quais poderiam utiliza-lo para fins de importação dos EUA. Entretanto, apenas as ações tomadas pelas instituições oriundas do Bretton Woods não foram suficientes para promover a reconstrução europeia. Alinhado a isso, como potência mundial e alta capacidade produtiva, os EUA apresentaram um excedente de produção nos primeiros anos pós-guerra, ao mesmo tempo que os países europeus não possuíam poder financeiro para a importação deste excedente. Caso este cenário se mantivesse, tanto a Europa como os EUA teriam grandes problemas econômicos, o primeiro para se recuperar e o segundo se enfraquecendo.

É neste contexto que surge outro ponto fundamental que possibilitou a liquidez internacional com a transferência de recursos para a Europa e garantindo estes mercados consumidores, sem as restrições políticas impostas às instituições de Bretton Woods que não eram suficientes para a contenção do avanço soviético: o Plano Marshall, que permitiu aos EUA o fornecimento direto de empréstimos e doações para a reconstrução dos principais países europeus. Tal plano consistia em uma política de estabilização dos países da Europa Ocidental, cujo objetivo era a expansão do comércio internacional, a garantia da estabilidade financeira

interna e o desenvolvimento da cooperação econômica europeia. A partir deste plano, foi criada uma União Europeia de Pagamentos, onde as moedas se tornavam conversíveis em moedas locais, de tal forma que os déficits eram beneficiados pelos superávits, ideia, esta, muito semelhante ao que fora proposto por Keynes, quando abordamos as propostas do britânico perante às de White. Neste caso, os EUA injetavam sua moeda na Europa sob a forma de empréstimos a juros baixos.

A partir destas medidas, os EUA conseguiam recuperar a economia europeia, garantindo seu mercado consumir e tornando estes países como aliados políticos contra o avanço da URSS. Ao aceitarem as condições do Plano Marshall, os países deveriam, como contrapartida de adquirirem empréstimos a juros baixos, abrir suas economias para os investimentos norte-americanos. Desta forma, além de possibilitar a manutenção sobre o nível de produção estimulada por uma série de fatores como inovações tecnológicas e necessidade de reconstrução pelos danos causados pela Guerra, permitiria também o crescimento dos EUA, consolidando o capitalismo na Europa Ocidental. Neste cenário, portanto, haveria uma mutualidade nos ganhos. É válido mencionar que o Plano Marshall tem a seu favor o fato de não “atacar” o lado opositor que seria a União Soviética, mas sim de propor ajuda aos países devastados pela Guerra com o discurso de luta contra a miséria e renascimento da economia baseada na cooperação, o que abre caminho para uma maior aceitação, uma vez que não se trata de um plano conflituoso.

Semelhante ao que ocorreu no Plano Marshall, os EUA também promoveram um plano de recuperação no continente asiático, o que ficou conhecido como Plano Colombo. Da mesma forma que no anterior, no Plano Colombo os países asiáticos que foram prejudicados após a Guerra também receberam apoios dos EUA para estimular suas economias, de tal forma que também garantissem os mercados consumidos e aliados no avanço do capitalismo sobre a ideologia da União Soviética. Embora em uma escala muito menor comparada ao Plano Marshall, este plano também foi de extrema importância para afirmação norte-americana como grande potência mundial e, obviamente, para a recuperação asiática que fora devastada pela Guerra.

Perante a estes fatos, retomamos a observação de Keynes citada aqui ao afirmar que os interesses norte-americanos se sobressaíam rumo à potência mundial. Podemos concluir, portanto, que o britânico tinha certa razão em sua afirmação, pois, a recusa norte-americana ao plano de Keynes não ocorreu pelo fato de não concordarem com suas propostas associadas à necessidade de auxílios na reconstrução da Europa, mas sim por compreenderem que um plano construído unilateralmente ao invés de instituições multilaterais poderia render-lhes maiores benefícios. Neste contexto, afirmam Medeiros e Serrano:

No pós-guerra o acesso ao mercado americano e ao financiamento internacional criaram para os países aliados as condições externas para o crescimento acelerado. Assim, podemos caracterizar como “desenvolvimento a convite” a estratégia americana de não apenas permitir como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico dos países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS. (...). Do ponto de vista dos EUA, a expansão das reservas e das exportações dos seus aliados bem como a reconstrução da economia regional na Europa Ocidental e no sudeste Asiático era percebida como essencial para o crescimento da economia mundial e para a construção de uma ordem econômica internacional que pudesse isolar o bloco soviético. Estava claro que esta ordem deveria ser montada a partir da afirmação do dólar como a moeda internacional. (MEDEIROS e SERRANO, p.11, 1999).

É inegável que as ações norte-americanas referentes aos planos de recuperação foram estrategicamente apontadas para os “melhores” territórios e nações, do ponto de vista geopolítico. Quanto ao processo de reconstrução na Europa Ocidental, esta dinâmica se pautava em um amplo crescimento do comércio, na conversibilidade da moeda e nos investimentos diretos de grandes empresas americanas. A Alemanha se destacava nos níveis de crescimento, os quais eram baseados nas exportações de bens de capital e produtos químicos, promovendo, ainda, crescimento das exportações de outros países como Itália e Holanda. Adicionalmente, seu elevado nível de crescimento e a ampla disponibilidade de crédito comercial intrarregional permitia que os déficits que outros países possuíam com a Alemanha fossem facilmente financiados. O mesmo ocorre no Japão, com medidas importantes tomadas pelos EUA que impulsionam a indústria de máquinas e a automobilística com um crescimento bastante significativo, o que leva a uma paridade maior quanto à taxa de câmbio real, contribuindo para um grande crescimento das exportações manufatureiras. Perante o sucesso japonês, outros países se dispõem à estratégia estadunidense, como Coreia do Sul e Taiwan, através da agressiva política industrial e comercial com exportações de têxteis e produtos industriais de baixo valor unitário.

Neste contexto, é válido afirmar que as ações promovidas pelos EUA no padrão de Bretton Woods, principalmente até a década de 60, surtiram efeitos altamente vantajosos para sua economia, uma vez que a transferência de dólares para o continente europeu permitiu maior exportação para estes países, tanto de bens quanto de serviços, o que, como consequência, acabou gerando saldos comerciais favoráveis, além de baixo desemprego, com uma taxa de inflação bastante baixa. Assim, o poderio econômico dos EUA aumentou grandemente, bem como sua capacidade bélica, devido à instalação das bases militares pelo mundo todo. Estes fatores evidenciam a instauração da hegemonia norte-americana, tanto econômica, quanto militar como também política. Adicionalmente, também comprova que a recorrente expansão

dos déficits anuais de balanço de pagamentos dos EUA objetivava a ampliação dos mercados consumidores e ressaltava seus interesses estratégico-militares, de tal forma que esta expansão dos gastos e da liquidez internacional promovia uma retomada da atividade econômica entre as partes (Europa e EUA), o que permitia um crescimento ainda maior do capitalismo para os países aliados, além de criar um ambiente favorável na contenção do avanço da ideologia socialista na Europa Ocidental. Vale dizer, o objetivo fundamental da reorganização das relações econômicas dentro do capitalismo não era um multilateralismo proposto por Keynes, mas sim a consolidação da hegemonia estadunidense à frente do bloco Ocidental.

Ao avaliarmos as variáveis econômicas que pontuamos ao longo deste estudo, conseguimos direcionar nossas análises de forma mais clara para justificar o crescimento da demanda agregada no cenário pós-guerra a após as estabilizações do acordo de Bretton Woods. Pelos investimentos, o principal “agente”, o Plano Marshall, iniciou o processo de recuperação industrial e de obras ligadas a infraestrutura, permitindo a criação de um ambiente propício à entrada de investimentos do setor privado nos países europeus. Os recursos transferidos pelos EUA criaram um ambiente de estabilidade inflacionária e cambial. Já o investimento público tomou benefício do boom econômico a partir da arrecadação tributária. Quanto ao consumo, a consolidação do padrão fordista foi fundamental para criar condições que aumentassem o nível global de emprego e as taxas dos salários reais. Com o aumento da massa salarial, houve um crescimento exorbitante sobre os bens de consumo duráveis das famílias europeias, consolidando um padrão de consumo semelhante ao americano. O Estado possui um papel fundamental no avanço ao pleno emprego no pós-guerra que não se resume apenas à formulação de políticas fiscais e monetárias expansionistas, mas também na consolidação do bem-estar social, com a criação de uma ampla gama de bens e serviços públicos, ampliando o estoque de empregos públicos. Porém, é claro, não houve a socialização dos investimentos tal como proposta por Keynes. Havia certo compromisso com a busca pela preservação do pleno emprego, embora jamais tenha ocorrido um pacto para fazê-lo através da combinação entre investimentos privados e públicos. A bem da verdade, o componente mais dinâmico de expansão da demanda efetiva neste período será o investimento privado.

Pode-se dizer que o contexto envolvido no período abordado favorece a expansão econômica em face dos conflitos de guerra. Como sugerem Belluzzo e Coutinho:

A economia de guerra, além de reforçar a estrutura preexistente, abriu o caminho para o surgimento de duas novas frentes de expansão. A primeira delas, representada pelo desenvolvimento de alguns novos setores, notadamente o ramo eletroeletrônico, derivou de inovações técnicas

resultantes de pesquisa militar. Esta fronteira assegurou, no pós-guerra, o crescimento acelerado de alguns sub-ramos industriais, sob a liderança de grandes empresas oligopolistas que já eram predominantes nestes mesmos setores. A outra frente de expansão adveio da contenção relativa do consumo de duráveis durante a Guerra, o que permitiu um crescimento sustentado da sua demanda até o final da década dos 50. Esta frente de expansão dinamizou intensamente a ‘velha’ estrutura, irradiando fortes estímulos sobre toda a base de bens de produção. Apesar de sua capacidade de empuxe, esta fonte de crescimento apenas revivia o estilo anterior, permitindo uma rápida expansão, sem recurso a inovações tecnológicas de grande impacto. Acoplada a estas duas frentes, a manutenção de um elevado nível de despesas militares assegurava a sustentação de largos ciclos expansivos, interrompidos por breves oscilações recessivas (BELLUZZO & COUTINHO, 1984, p. 16).

Assim, a economia norte-americana se aproveitou e criou uma estratégia de expansão econômica que permitia crescer a taxas muito elevadas de rentabilidade, assegurando uma dinamização generalizada de todo o conjunto das economias avançadas, abrindo seu mercado interno para os produtos alemães e japoneses, os quais eram fundamentais para a manutenção do ritmo de crescimento, e, ao mesmo tempo, como contrapartida, abria espaço para a inserção de suas empresas em solo europeu. Entretanto, esta rápida expansão da economia europeia propiciava cada vez mais a ruptura desta fase dourada da hegemonia norte-americana e a internacionalização do crescimento proposta por ela. Isto por conta do “envelhecimento” da estrutura industrial norte-americana e o não acompanhamento da demanda nos mesmos níveis iniciais que se observavam imediatamente após a introdução destes planos de expansão. Ainda seguindo a lógica de pensamento de Belluzzo e Coutinho:

As interpretações conservadoras querem fazer crer que o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos norte-americano e a consequente fragilidade do dólar exigiriam apenas um grau mais avançado de sincronização de políticas econômicas, para que se pudesse administrar a conjuntura internacional sem maiores perturbações. Isto não seria, porém, suficiente. Esta sincronização de políticas, além de difícil, esbarraria no fato de que os sistemas industriais das outras economias capitalistas avançadas também tendem a apresentar os mesmos sintomas de esgotamento de fronteiras de expansão, embora não apresentem o correspondente ‘envelhecimento’ das suas estruturas industriais. As economias mais desenvolvidas como Japão e Alemanha, após terem completado e esgotado o dinamismo de seus novos setores, desdobrado ao limite suas respectivas bases de bens de produção, não apresentam as mesmas potencialidades de expansão que as caracterizaram, por exemplo, nos anos 50. Desta forma, a adoção de uma política expansionista pelos EUA não consegue dinamizar automaticamente o resto do sistema, além de simplesmente repor os desequilíbrios já mencionados o sistema monetário internacional. (BELLUZZO & COUTINHO, 1984, p. 18).

A partir deste momento, começa a se notar consequências graves sobre a hegemonia americana, a qual, entretanto, não ocorre por conta do surgimento de condições que proporcionaram às economias europeias e japonesa um poder competitivo à altura dos EUA que gerasse uma concorrência, mas sim pelo desbalanceamento da relação de forças no plano internacional. Com isto, a participação americana na produção manufatureira e no comércio mundial passa a cair progressivamente, mesmo ainda havendo supremacia industrial e tecnológica, além da potência financeira e o destaque na produção agrícola.

Aloisio Teixeira destacou alguns pontos fundamentais acerca da evolução da economia internacional neste período que fora pautada pelas disposições norte americana, entre eles, podemos citar alguns, conforme segue. Primeiramente, destacam-se algumas mudanças institucionais no âmbito europeu que permitiram a elevação do investimento direto por parte das grandes empresas americanas, no que dizia respeito ao fim das restrições a movimento de capitais e à conversibilidade das moedas. Isto provocou a emergência de respostas industriais fortemente dinâmicas dos capitais nacionais, tanto públicos como privados. Como consequência disto, os padrões de industrialização na década de 60 seguiam as mesmas características em todos os países do mundo, com destaque, novamente, para o Japão, que conseguiu, finalmente, se distanciar do atraso que se encontrava, ingressando no mercado de consumo de massas, assim como já ocorria a algum tempo nos países europeus. No entanto, generalizaram uma forma particular de consumo, o de bens duráveis, o qual se trata de um recurso dinâmico de expansão do mercado interno que a economia americana já havia saturado desde o imediato pós-guerra. Por fim, destaca-se a questão monetária e financeira, sendo esta uma das principais fontes de evidência da contradição entre o papel norte-americano como centro monetário e seus interesses.

No fim da década de 50 e início de 60, verificou-se o primeiro momento crítico no sistema monetário internacional por meio da desconfiança em relação ao dólar, justamente pelo motivo da moeda dos EUA de possuir simultaneamente duas funções: moeda nacional e meio de pagamento internacional. A questão é que a liquidez do dólar por meio do comércio e do investimento direto dependia dos déficits americanos no balanço de pagamentos; entretanto, surge, então, o dilema de Triffin:

se o déficit americano aumentasse, a credibilidade no dólar cairia e o sistema entraria em colapso pela impossibilidade de os EUA atender as demandas de conversão em ouro, mas se os Estados passassem a obter superávits, enxugariam a liquidez do sistema internacional, inibindo a expansão do comércio mundial e o próprio crescimento econômico. (TEIXEIRA, Aloísio, 1993, p. 44).

A partir deste primeiro sinal de desconfiança, todos os esforços da política econômica americana direcionavam para minimizar os efeitos desta contradição, cuja consequência que se notou foi a saída dos bancos americanos e a formação de um mercado financeiro *off-shore*¹.

Próximo à década de 70, começa a se sentir a perda progressiva da hegemonia americana. No plano produtivo, revelaram-se os primeiros sinais de esgotamento do padrão industrial vigente (TEXEIRA, 1993), com destaque para os setores líderes, entre eles, a saturação nos processos de difusão de duráveis, com impacto no efeito acelerador produzido pelos investimentos no setor de bens de capital, isto porque se trata de uma expansão ilimitada, visto que com a redução do investimento privado, o crescimento não se mantém, pois não há um estabilizador do investimento, como fora sugerido na proposta de Keynes. Neste sentido, a combinação do crescimento e progresso técnico se desfazia e as taxas de produtividade caíam. Como consequência desta queda tanto de produção quanto de produtividade, as margens de ociosidade aumentaram, desestimulando a inovação e consolidando a tendência declinante. Evidentemente, este quadro se verificou na ausência da socialização dos investimentos. Estes efeitos passavam a atacar também o comércio internacional, com diferentes países adotando políticas protecionistas.

Para melhor compreensão destes efeitos, vale abordarmos algumas questões macroeconômicas. O crescimento industrial acelerado observado na década de 50 e 60 esteve relacionado a um endividamento crescente por parte das famílias, empresas e governo. No momento de reversão da situação, o endividamento se tornou cumulativo pela necessidade de mecanismos para girar a própria dívida, conforme já mencionamos aqui anteriormente. Isto provocou uma elevação do custo financeiro das empresas, que, alinhada à estrutura rígida dos custos fixos, diminuía as margens efetivas de lucro. Quanto ao setor público, o declínio da atividade econômica culminava no aumento das despesas e na redução das receitas, agravando a situação orçamentária. Os salários, por sua vez, eram pressionados para baixo a níveis reais e para cima a níveis nominais, explicitando o ambiente inflacionário. Portanto, nas palavras de Aloísio Teixeira:

As margens de rentabilidade corrente da indústria encontravam-se assim pressionadas por todos os lados, enquanto, se reforçava, contraditoriamente, a rentabilidade dos setores mercantil e financeiro. Tudo isto representava obstáculos à capacidade de acumulação do setor industrial, aumento da capacidade ociosa e tendência à sobreacumulação improdutiva. Nesta ótica, o choque do petróleo veio apenas reforçar e intensificar pressões e tendências

1. A criação deste mercado *offshore* em dólar fora do alcance regulatório das autoridades dos EUA será decisivo em momento histórico imediatamente posterior ao primeiro choque do petróleo.

que já estavam presentes (implícitas umas, explícitas outras) desde antes. (TEIXEIRA, Aloísio, 1993, p. 44).

A falta de correção nos déficits americanos no balanço de pagamentos impedia que o padrão se sustentasse nos movimentos comerciais e financeiros. Adicionalmente, a tentativa em manter o dólar como moeda padrão em função da crescente sobrevalorização acabou impactando ainda mais na perda de competitividade natural em grande parte da indústria americana frente às recém-desenvolvidas indústrias europeias e japonesas. E são justamente esses fatores, de perda de competitividade nas exportações e os déficits fiscal e de balanço de pagamentos, os principais para evidenciar a crise na economia nacional. Ademais, a quebra na confiança no dólar, movendo uma especulação contra a moeda. Como consequência, o governo americano suspendeu a conversibilidade do dólar e promoveu a sua desvalorização, adotando o sistema de taxas flutuantes de câmbio.

As consequências do ‘choque do petróleo’ devem assim ser vistas no âmbito de um movimento de desestruturação mais amplo e mais profundo. Por outro lado, os Estados Unidos não trilharam desde logo o caminho em direção ao ajuste estrutural e à busca de novas oportunidades de expansão. Ao enfrentar o problema apenas com o recurso às técnicas de ajuste monetário no balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que suas empresas oligopolizadas aumentavam preços e seus bancos empreendiam a reciclagem dos excedentes da OPEP, contribuíram decisivamente para o agravamento das condições de funcionamento da economia mundial. (TEIXEIRA, Aloísio, 1993, p. 46).

Como resposta a esta crise, diferentes caminhos foram seguidos. O Japão, por exemplo, realizou um programa de ajuste estrutural planejado por meio da desaceleração contínua e estável da taxa de investimento e a produção nos setores tradicionais. A partir desta estratégia, iniciou uma mudança consistente no modo de acumulação que contou com a utilização tanto das políticas de preços e financiamento como de uma série de restrições e estímulos diretamente ligados para a matriz de produção. Por sua vez, nos países europeus nota-se uma queda nas taxas de crescimento de produto, emprego e investimento, bem como um agravamento das tensões inflacionárias. Além disso, surgem problemas generalizados no balanço de pagamentos, impactando na instabilidade monetária e cambial, o que reduz os fluxos internacionais de comércio, nada mais distante da proposta reformista encaminhada por Keynes em 1944.

Diante deste cenário, nota-se claramente uma preocupação quanto ao movimento cíclico e próspero, até então, das economias capitalistas avançadas. Como forma de reajustar esta quebra, as instituições privadas do chamado “euromercado” procuraram absorver o aumento excessivo da liquidez internacional e promover o endividamento geral (países, empresas e

governos) nos países subdesenvolvidos e socialistas por meio de empréstimos. Tais empréstimos apresentavam riscos elevados, com taxas de juros reais negativas e prazos curtos, levando ao surgimento de uma dívida financeira global bastante alta e desestabilizadora para a economia mundial. O grande problema é que a expansão desta dívida não fora acompanhada pelo crescimento correspondente das reservas dos bancos centrais. Este desequilíbrio financeiro resultou no colapso do sistema internacional de pagamentos ao final da década. Neste período ocorre uma crise de hegemonia dos EUA com a quebra do acordo de 1944, que colocava o dólar como uma paridade fixa. Neste período, o dólar era a moeda de troca oficial na arena internacional e, portanto, todos os preços estavam dolarizados. Com a desvalorização da moeda, ocorre uma pressão para o aumento dos preços. Ao mesmo tempo, há uma explosão nos custos em função do choque do petróleo. Ou seja, há uma grande pressão inflacionária.

É válido mencionar, no entanto, que a posição de destaque no cenário global dos EUA permitia-lhes minimizar a pressão inflacionária decorrente da desvalorização cambial, uma vez que os preços do petróleo e de grande parte das matérias primas serem denominadas em dólar. Isto, portanto, permite justificar a baixa inflação americana. Outra razão está associada ao ajuste sobre os salários, a partir de uma política de rendas na qual se pautou no congelamento dos preços e salários, mas que se manteve muito mais como um controle direcionado para este último e uma maior flexibilidade dos preços. Ademais, como pontua Aloízio Teixeira, o quadro recessivo que se seguiu à elevação dos preços do petróleo permitiu que os reajustes salariais corressem por baixo da inflação. Destaca-se, ainda, que ao mesmo tempo que a depreciação impactou na redução dos salários reais, contribuiu também para frear a exportação de capitais, com investimentos no estrangeiro mais caros e favorecendo o inverso, isto é, investimentos estrangeiros em solo americano.

Não se pode dizer, entretanto, que a década de 70 tenha trazido melhoras significativas da posição relativa dos Estados Unidos face a seus competidores. Ao contrário, este foi um penado em que todas as análises concluía pela irreversibilidade do processo de perda de hegemonia por parte da potência dominante. No plano interno, por sua vez, persistiam os fatores críticos. As políticas monetária e fiscal favoreciam uma rápida retomada do crescimento, ainda que inflacionista, particularmente desde fins de 1975. Por outro lado, a redução do preço relativo do petróleo incitava as empresas a não mais economizar energia. Com isso, o balanço comercial tomou-se deficitário em 1976 e assim permaneceu até o fim da década, apesar do desempenho da conta de manufaturados não ter sido desfavorável. (TEIXEIRA, Aloízio, 1993, p. 50).

Com a ameaça sobre a hegemonia norte-americana, algumas consequências foram identificadas. O sistema bancário *offshore* privado, por exemplo, operava de tal forma que os bancos centrais não possuíam controle. De modo geral, a inexistência de uma nação hegemônica na economia mundial estava levando para a desestruturação da ordem vigente no pós-guerra, bem como à descentralização dos interesses privados e regionais (TAVARES, 1985). Em virtude disso, as políticas norte-americanas que dali seguiram procuravam reverter essas tendências e, por lógica, retomar o controle financeiro internacional utilizando como base a diplomacia do dólar forte, sendo que tal estratégia, embora tenha permitido a retomada desta posição de potência líder, levou o mundo a uma recessão generalizada, causando uma dependência da economia mundial nas ações da potência hegemônica.

Vale destacar que o sistema do Bretton Woods, já citado ao longo deste texto, se sustentou pelo fato de o bloco europeu conseguir compensar as posições superavitárias de uns com as deficitárias de outros por meio do mercado de euromoedas. Entretanto, na ótica do Sistema Monetário Internacional, o dólar só foi aceito como moeda de reserva após ocorrer a “filialização” (TAVARES, 1985, p. 4) dos bancos americanos, cujos bancos centrais europeus se viram na obrigação de absorver o excesso de liquidez proveniente do déficit de balanço de pagamentos americano, uma vez que poderia ocorrer a paralisação de suas políticas monetárias. Quanto à valorização patrimonial, os agentes americanos no exterior utilizavam o euromercado para operações de aplicação de curto prazo das suas reservas em dólar. Com isto, há uma ampliação da oferta de dólar, permitindo que as empresas e as nações deficitárias pudessem usar os créditos denominados em dólar muito além do que a expansão da base monetária dos respectivos países de origem permitia (TAVARES, 1985).

No final da década de 60, o mercado de crédito interbancário passa a estabelecer seu próprio circuito de crédito, com uma liquidez acentuada e crescente, inclusive, fora dos controles das autoridades monetárias. Neste contexto, o sistema monetário internacional tinha seus dias contados e as crises ocorridas na primeira metade da década de 70 apenas contribuíram para a oficialização de sua queda. Contudo, à sombra do padrão dólar, um mercado privado de crédito havia se desenvolvido, sendo este responsável pelo último auge da expansão da economia mundial que se encerra entre 1973 e 1974. Como pontua Tavares:

A especulação em moedas, que se desata depois da ruptura do sistema de paridades fixas, torna inoperantes os mecanismos de ajustamento monetário do balanço de pagamentos. Esta nova situação de desequilíbrio monetário e cambial, à qual se agrega o excedente de petrodólares, permite uma expansão ainda maior do mercado interbancário. Este escapa inteiramente ao controle do núcleo constituído pelo oligopólio dos vinte maiores bancos e das duzentas

maiores empresas multinacionais que tinham Londres como mercado principal. Produz-se assim uma expansão adicional do circuito interbancário à qual iriam juntar-se centenas de bancos menores das mais diversas procedências que se abrigam nos mercados offshore nos chamados paraísos fiscais. **Os movimentos especulativos de capitais sempre denominados em dólar, que dão lugar a um non-system, continuam minando o dólar como moeda reserva, desestabilizam periodicamente a libra e fortalecem o marco e o iene como moedas internacionais. Assim, a ordem monetária internacional caminha rapidamente para o caos, sobretudo depois do primeiro choque de petrodólares e da política recessiva americana de 1974.** (TAVARES, 1985, p. 5. Grifos adicionados)

A grande movimentação da especulação em moeda acabou gerando um descontrole da situação final do balanço de pagamentos, o que acabou levando a maioria das nações capitalistas, exceto EUA e Inglaterra, a apoiar o FMI em medidas decisivas focadas em um maior controle público do sistema financeiro internacional. Como uma medida contra o FMI e a ideia de manter o dólar desvalorizado tal como vinha acontecendo desde o início da década de 70, em especial a partir de 79, os EUA subiram agressivamente a taxa de juros interna, declarando que o dólar manteria sua situação de padrão internacional, de tal forma que a hegemonia da moeda estadunidense seria restaurada. Conforme citado anteriormente, tal medida acabou resultando em uma forte recessão dos EUA e na economia mundial, com a quebra de diversas empresas e bancos americanos. Em contrapartida, mantendo uma política monetária dura e forçando a sobrevalorização do dólar, foi possível retomar o controle do sistema bancário privado internacional. A partir disto, o sistema de crédito interbancário se voltou para os EUA, cujo sistema bancário passou a ficar sob o controle de sua política monetária. Neste sentido, as flutuações da taxa de juros e de câmbio novamente se associaram ao dólar, e através delas o movimento da liquidez internacional foi posta a serviço da política fiscal americana.

Tudo isso pode parecer estranho. Mas a verdade é que hoje presenciamos a seguinte situação: os Estados Unidos apresentam um déficit fiscal de natureza estrutural cuja incompressibilidade decorre da própria política financeira e da política armamentista, ambas agressivas e “imperiais”. O componente financeiro do déficit é crescente graças à mera rolagem da dívida pública americana, que alcançou em maio de 1985 cerca de 1 trilhão e 600 bilhões de dólares, cifra correspondente à cerca de 80% da circulação monetária total no mercado interbancário internacional. Essa dívida é o único instrumento que os Estados Unidos têm para realizar uma captação forçada da liquidez internacional e para canalizar o movimento do capital bancário japonês europeu para o mercado monetário americano. Por outro lado, é um instrumento de aplicação seguro e de alta rentabilidade para o excesso de recursos financeiros dos principais rentistas à escala mundial. Assim, apesar das críticas ao déficit americano, este tornou-se na prática o único elemento

de estabilização temporária do mercado monetário e de crédito internacional. O preço desta “estabilidade” tem sido a submissão dos demais países à diplomacia do dólar e o ajustamento progressivo de suas políticas econômicas ao desiderato do “equilíbrio global do sistema”. Evidentemente, este ajustamento não se fez sem resistência. (TAVARES, 1985, p. 7)

Em virtude do alinhamento entre os países desenvolvidos de todo o mundo quanto à política cambial, taxa de juros, monetária e fiscal, as taxas de crescimento passaram a ser algo convergente ao desempenho destas variáveis na economia americana. Assim, como indica Tavares:

o ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e a obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Estas políticas, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica, de corte keynesiano. (TAVARES, 1985, p. 8)

Nota-se, portanto, que, embora os EUA tenham sem mostrado incapazes de liderar a economia mundial positivamente, conseguiram, mesmo que de uma forma maléfica por meio da recessão, ajustar todos os demais países às suas pretensões. O início da década de 80 marcou a retomada de seu crescimento, a qual fora possível através de créditos de curto prazo e endividamento externo crescente e déficit fiscal. Um fator que contribui para esta retomada é que, pelo fato de sua moeda ser hegemônica e sobrevalorizada, a economia americana não sofre com inflação. Adicionalmente, os EUA, basicamente, estancaram os gastos com bens e serviços públicos, aumentaram no setor bélico e cortaram gastos com *welfare*.

Em síntese, trocaram as despesas em capital social básico e bem-estar social por armas e fizeram uma redistribuição de rendas em favor dos ricos. Além disso, reduziram a carga tributária sobre a classe média e praticamente eliminaram a incidência de impostos sobre os juros pagos aos bancos para compras de consumo durável. Propiciaram também depreciações aceleradas dos ativos e refinanciamento dos passivos de certas firmas. Nestas circunstâncias, o endividamento das famílias passa a ser um excelente negócio, porque parte da carga financeira da dívida é descontada no imposto de renda. Assim, tomou-se crédito de curto prazo em larga escala para dar suporte à compra de casas e bens duráveis de consumo. Além disso, financiaram investimentos no terciário e nas indústrias de alta tecnologia, que não requerem um período de maturação muito longo e cuja taxa de rentabilidade esperada é muito superior à taxa de juros nominal, em declínio. Este declínio da taxa nominal de juros deve-se aparentemente a três motivos interligados: a absorção de liquidez internacional, a posição menos ortodoxa do FED e a queda da inflação. Esta última, por sua vez, se deve à baixa de

custos internos provocada pela sobrevalorização do dólar e pela concorrência das importações, acarretando uma melhora nas relações de troca favorável ao poder de compra dos salários. (TAVARES, 1985, p. 10)

Entre os anos de 1982 e 1984, os EUA conseguiram dobrar seu déficit comercial a cada ano, o que lhes permitiram transferências reais bastante elevadas. Este fator também foi fundamental no processo de restauração da posição hegemônica americana, uma vez que permitiu a modernização de sua indústria de ponta com equipamentos baratos e tecnológicos e capitais de empréstimo e de risco do Japão, Alemanha, resto da Europa e demais países periféricos. Neste cenário, pode-se dizer que os EUA conseguiram captar investimentos dos principais países europeus e do Japão, de tal forma que a taxa de crescimento varia de 6% a 8%, enquanto os demais países chegam a no máximo 2%. A manutenção de baixas taxas de investimento e de crescimento com foco nas exportações é reflexo de uma sincronização de políticas em que quase todos os países do mundo experimentam superávits do balanço comercial, exceto os EUA, que abrem sua economia e com isso provocam uma forte transferência de renda e de capitais dos demais países.

Um aspecto muito importante é que isso permite fechar o déficit estrutural financeiro do setor público. Tudo se passa como se cada vez que o FED joga títulos de dívida pública no mercado, ele tivesse certeza que os títulos serão colocados em todas as estruturas bancárias e junto a todos os rentistas, de países desenvolvidos ou não.⁷ O fato essencial é que todo o mundo está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores americanos. Desta vez, e ao contrário da década de 1970, ocorreu transferência de “poupança real” e não apenas de crédito, liquidez ou capital especulativo. (TAVARES, 1985, p. 12)

Este contexto permite aos Estados Unidos superarem um grande problema fiscal, uma vez que não há necessidade da pressão sobre o controle da taxa de juros, que pode cair, sendo possível apenas manter um pequeno diferencial sobre as taxas do euro mercado. Assim, enquanto a taxa de crescimento da economia mundial for menor do que a taxa de crescimento americana, não há motivos plausíveis que justifiquem o investimento do capital excedente, sobretudo bancário e das empresas com capacidade ociosa, em seus países de origem.

A partir de 1984, com a contribuição essencial dos EUA através do crescimento de suas importações, é possível notar uma recuperação da economia mundial. Por conta disto, os americanos passaram a ser vistos ocupando uma cadeira de protagonista no contexto da recuperação mundial, cuja elite financeira passou a propor ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho, sendo o papel dominante desempenhado justamente pela economia

estadunidense. De forma resumida, a estratégia se pautava em: os EUA se comprometeriam a não baixar o déficit comercial, mas responderiam com retaliações aos países que aplicassem restrições às exportações de mercadorias e capitais americanos (TAVARES, 1985).

Para representar a posição hegemônica dos EUA que retrata o cenário vivido durante a época abordada aqui, Tavares cita algumas passagens escritas por um dos membros do *Board* pertencente à “*Comission on Industrial Competitiveness*”, entre as quais destacamos:

O déficit comercial dos EUA vem em paralelo à força do investimento na economia americana em meio a uma relativa escassez de poupança interna... Seria possível reduzir-se o déficit comercial americano caso se cortasse o investimento dos EUA, freando o seu crescimento econômico. Entretanto, esta seria uma fórmula certa para provocar a estagnação mundial. Seria muito mais construtivo adotar uma estratégia de competitividade para os Estados Unidos que mantenha a economia americana forte, estimule a poupança interna e promova um clima de investimento mais positivo no exterior – especialmente na Europa e na América Latina... (TAVARES, 1985, p.14).

Sobre os efeitos do déficit sobre o emprego e a competitividade industrial:

O déficit comercial desloca empregos americanos do setor exportador e do setor que compete com os importados direcionando-os para atividades menos expostas à competição internacional, especialmente para os serviços. O efeito líquido desse deslocamento de empregos ainda não está claro e pode não ser danoso ao interesse nacional americano no longo prazo. A continuidade do déficit comercial e do dólar valorizado mantém a pressão sobre as indústrias americanas para elevar a produtividade e restringir aumentos de custos. Além do que as pressões comerciais aceleram a substituição de indústrias ultrapassadas por empreendimentos avançados... (TAVARES, 1985, p. 14).

Sobre a política comercial americana no contexto global:

O sistema comercial do pós-guerra foi concebido primordialmente para reger o comércio internacional dos EUA e da Europa, cujas filosofias de gerenciamento econômico tinham muito em comum... Hoje, os interesses mudaram. Os Estados Unidos não consideram apenas a Europa ao tratar de seus interesses comerciais e de segurança, mas leva também em conta o Japão, os NICs asiáticos e a América Latina... (TAVARES, 1985, p. 14).

Alegadamente, a ideia por trás destas passagens era estabelecer pensamentos que direcionassem para o equilíbrio macroeconômico. Entretanto, nota-se por trás desta “boa política” o segundo plano dos países periféricos e o reforço à hegemonia norte-americana. Para que isto ocorra, utilizam-se dos seus bancos, do comércio, das finanças e do investimento direto “estrangeiro” para se ajustarem tanto internamente como externamente. Embora tenham ficado

para trás na concorrência comercial nos produtos de tecnologia e uso difundido, os EUA investem fortemente no setor terciário e nas novas indústrias de tecnologia avançada para obterem vantagens comparativas, de modo que possam superar sua velha estrutura produtiva-comercial. Adicionalmente, concentram no desenvolvimento de setores de ponta e submetendo a velha indústria para a concorrência internacional dos seus parceiros. Assim, visam retomar a posição de centro tecnológico dominante por meio desta modernização generalizada para que possam reordenar mais uma vez a economia mundial.

Por conta de toda essa hegemonia norte-americana, é importante destacar o que fora nomeado como “Privilégio Exorbitante”, que está diretamente ligado a este patamar em que os EUA se colocaram. Tal característica se refere ao fato de os EUA poderem financiar seus déficits na balança de pagamentos emitindo sua própria moeda sem lastro e, portanto, se beneficiando de um ganho de senhoriação internacional. Mais importante do que isso, neste conceito, os americanos ocupavam um papel de banco central do mundo e não apenas um banco comercial do mundo onde se pagava taxas de juros de mercado. Sendo assim, este padrão monetário do ouro-dólar permitia aos EUA um privilégio semelhante ao que o padrão ouro-libra permitia à Inglaterra, isto é, o país não tem restrição global de balança de pagamentos e, além disto, sua autoridade monetária determina unilateralmente a taxa de juros mundial (SERRANO, 2002).

Com a necessidade de desacelerar o declínio relativo da competitividade dos EUA, via-se como necessário uma desvalorização do dólar. Entretanto, a queda do dólar poderia impulsionar a migração para o ouro e, conseqüentemente, haveria a queda do privilégio exorbitante estadunidense, o que, claramente, estes gostariam de evitar. Vale ressaltar que foram feitas diferentes propostas visando a criação de uma moeda internacional, mas que foram repetidamente negadas pelos norte-americanos. Neste sentido, surge o que foi denominado como Dilema de Nixon, ou seja, o governo queria, ao mesmo tempo, desvalorizar o dólar e não comprometer o papel do dólar como moeda internacional, cuja solução encontrada pelos EUA foi decretar unilateralmente a inconvertibilidade do dólar em ouro, como preparação para a iniciativa de desvalorização do dólar pouco tempo depois.

Esta medida representa o desmonte do sistema de Bretton Woods, o que levou a economia mundial a uma grande turbulência. No novo padrão monetário estabelecido após anos de recessão mundial, o dólar continua sendo a moeda internacional, porém, sem as limitações que o padrão anterior impunha ao país emissor da moeda. Neste padrão, os EUA podem incorrer em déficits na balança de pagamentos e financiá-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda. Ademais, a não convertibilidade em ouro permite que o dólar varie sua

paridade em relação a moedas de outros países conforme sua conveniência, através de mudanças da taxa de juros americana, com objetivos tanto de valorização como de desvalorização do dólar, a depender da necessidade da situação. Fora, ainda, que não há mais preocupações quanto à fuga para o ouro, visto que o dólar é o meio de pagamento internacional e a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais, o que acaba por se tornar também a principal reserva de valor. As vantagens americanas são claras. Em uma valorização do dólar, por exemplo, embora percam competitividade, não há restrição externa, podendo deixar seu déficit em conta corrente crescer. No caso contrário, de uma desvalorização, o efeito inflacionário direto é mínimo, visto que a maior parte dos mercados internacionais de commodities homogêneas e petróleo tem preços que são fixados em dólar. Desta forma, a liberdade sobre a flutuação do dólar permite que os EUA não tenham que perder competitividade real em nome da manutenção de sua preeminência financeira e monetária (SERRANO, 2002).

Nota-se, portanto, que esta estrutura macroeconômica se distancia fortemente daquilo que propunha Keynes, pois não há um sistema que regule as transações comerciais, financeiras ou de uso de uma moeda internacional, beneficiando exclusivamente uma nação, os EUA, assim como ocorria no sistema financeiro anterior com a Inglaterra, cujo objetivo era superar. Adicionalmente, a socialização dos investimentos idealizada por Keynes nunca chegou a ser uma realidade em país nenhum. O britânico entendia que esta era a principal fonte de sucesso macroeconômico e com sua viabilização, visava uma criação de uma ordem institucional em bases supranacionais, entretanto, na oportunidade foi derrotado pelos interesses americanos na apresentação das ideias em Bretton Woods. A derrota de Keynes foi o momento mais significativo do pós-guerra, pois foi a partir dali que a conjuntura passou a se moldar de forma definitiva. A moeda internacional, como sugeria, não foi instaurada, havendo uma moeda nacional, assim como manteve o lastro metálico, também oposto ao desejado pelo britânico, que idealizada a moeda não fiduciária. Por fim, não havia a figura do Banco Central que único, que fosse responsável pela movimentação econômica global. Neste sentido, não é possível dizer que as ideias de Keynes não obtiveram sucesso em decorrência dos fatos apresentados ao longo desta monografia, isto porque, conforme exposto, suas ideias não foram, de fato, praticadas. Os caminhos seguiram para rumos diferentes de um bem comum através da socialização, direcionando para interesses isolados de potenciais nações. Posto isto, destaca-se que tal configuração das transações internacionais são vistas no panorama atual.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS – TEORIA X PRÁTICA

Considerando o embasamento teórico de matriz keynesiana, passaremos agora a investigar como foi o comportamento econômico das economias nacionais desenvolvidas das quais se voltavam a este pensamento. Inicialmente, abordamos os conceitos macroeconômicos da Teoria Geral de Keynes, cujas propostas visavam, de um modo geral, a socialização dos investimentos, com destaque para a solução do problema do desemprego, uma das principais variáveis consideradas pelo britânico. O desenvolvimento econômico, portanto, dependeria das políticas econômicas adotadas pelos Estados.

O período tratado ao longo desta monografia, o pós-guerra, com um cenário de devastação em diversos países, nos remete ao conceito cíclico da crise já citado aqui anteriormente. Isto é, após toda a destruição ocorrida por conta dos conflitos das guerras, pode-se dizer que há um panorama propício para a recuperação seguida de uma expansão econômica. Trata-se, inclusive, de um momento de grande dinamismo econômico para o polo dos países capitalistas, inovação e mudança estrutural, com alto progresso, mas que, posteriormente, culminou em um colapso, como já citado ao longo do capítulo 2. É exatamente esta derrocada o grande motivo de análise que nos move para a discussão sobre os motivos pelos quais as propostas sugeridas por Keynes relacionadas ao cenário macroeconômico não atenderam às expectativas de sucesso.

Uma vez já citado o desemprego como uma das principais variáveis, comecemos pela análise desta taxa, um dos principais indicadores de melhoria das condições econômicas. Durante a Guerra e os anos que a antecedem, o índice de desemprego é elevado, haja visto que os governos não assumiam qualquer responsabilidade para sua redução, e consideravelmente menor do que as taxas apresentadas no pós-guerra, como podemos ver na tabela apresentada abaixo:

Tabela 1 – Desemprego em países capitalistas avançados

<u>Desemprego em países capitalistas avançados</u>	
Período	Taxa % média
1870-1913	5,70
1913-50	7,30
1950-70	3,10

Fonte: Bleaney, 1985, p. 92.

Tal fato é esperado, visto que o último período é precedido de duas grandes guerras. Entretanto, faz-se necessário abordar este tema, uma vez que o pleno emprego, muito por conta

dos ideais keynesianos, tornou-se um objetivo quase universal da política econômica neste período. Analisando individualmente alguns países, vide tabela abaixo, fica ainda mais claro o sucesso dos níveis de desemprego, com taxas consideradas baixas ao longo da chamada Golden Age. Este acontecimento pode ser – e foi – interpretado como uma consequência da adoção das teorias keynesianas. E é justamente esta interpretação que nos motiva a iniciar nossa discussão para tentar ilustrar que tal acontecimento não ocorreu por conta das propostas de Keynes que foram postas em práticas, mas sim por uma consequência natural, histórica e geopolítica, por conta de um período anterior marcado por uma grande devastação mundial.

Tabela 2 – Desemprego em países selecionados, 1950-73 (%)

	Desemprego em países selecionados, 1950-73 (%)		
	1950-60	1958-61	1962-73
Canadá	4,40	6,80	5,10
Estados Unidos	4,50	6,10	4,60
Reino Unido	2,50		3,10
Alemanha Ocidental	4,10		0,60
Itália	7,90		3,50

Fonte: Bleaney, 1985, p. 94.

Neste sentido, é correto afirmar que os níveis de emprego estão diretamente relacionados ao grau de investimento, ou seja, quando há um impulso no investimento, o desemprego cai, enquanto o contrário também é verdadeiro, se o investimento é menor, as taxas de desemprego aumentam. É por este motivo que notamos baixas taxas de desemprego a partir da década de 1950, uma vez que se trata de um período em que o investimento está super alavancado, com os objetivos de correções das guerras, reconstrução dos países e difusão do padrão industrial. O contexto, portanto, permite um espaço considerável para o crescimento do investimento privado sem a adoção de um plano parecido com o que era proposto por Keynes.

Tabela 3 – Taxa média de crescimento em diferentes períodos em países capitalistas

Taxa média de crescimento em diferentes períodos em países capitalistas				
Período	PIB	PIB per capita	Estoque de capital	% máximo de queda do PIB
1870-1913	2,50	1,50	2,80	-6,70
1913-50	1,90	1,10	1,60	-13,10
1950-70	1,90	3,80	5,60	+0,30

Fonte: Bleaney, 1985, p. 96.

Na tabela acima, nota-se o aumento do investimento no último período, ilustrando o que fora citado no parágrafo anterior. Dado o exposto no capítulo anterior, o investimento agregado é puxado pelo investimento privado, para o qual havia uma importante tendência favorável (reconstrução, inovações tecnológicas até então represadas por conta das guerras, difusão do padrão produção industrial e de consumo de massas). Fazendo uma análise combinada com a primeira tabela, percebe-se que o investimento dita o caminho das taxas de desemprego e do crescimento do PIB. Isto é, com uma taxa de investimento “média” de 2.8, temos uma taxa de desemprego “média” de 5.7 nos anos que precedem a primeira guerra. No segundo período, com um dos piores cenários globais na história, a taxa de investimento se mostra baixíssima, o que, por consequência, impacta na maior taxa de desemprego identificada. Por fim, nos anos que sucedem e promovem o aumento do investimento, com uma taxa de 5.6, nota-se a menor taxa de desemprego média, em 3.1. Outro ponto relevante a ser mencionado refere-se ao aumento do investimento no período pós-guerra, como observado na terceira coluna, que permitiu bons resultados no PIB, o qual apresentava índices negativos durante os anos das guerras e no período anterior.

Os valores apresentados nesta última tabela relacionados ao crescimento do estoque de capital sugerem uma melhora considerável na propensão a investir. Essa taxa de investimento maior significa uma injeção de demanda que ajudaria a explicar os níveis mais elevados de emprego no período pós-guerra. Os motivos para explicar esse crescimento do investimento variam entre uma postura orçamentária mais expansionista do que na década de 30, ou pelo fato dos governos se empenharem mais no compromisso com o pleno emprego.

Ainda para corroborar tal argumentação a favor do investimento como o grande incentivador do desenvolvimento econômico, a tabela abaixo mostra o crescimento do PIB por hora trabalhada, o que pode ser tratado como uma medida de produtividade.

Tabela 4 – Taxa de crescimento do PIB por hora trabalhada em economias selecionadas, 1913-98

Taxa de crescimento do PIB por hora trabalhada em economias selecionadas, 1913-98			
	1913-50	1950-73	1973-98
Canadá	2,30	2,86	1,11
Estados Unidos	2,48	2,77	1,52
Reino Unido	1,67	3,09	2,19
Alemanha	0,75	5,86	2,38
Itália	1,96	5,77	2,27
França	1,92	5,03	2,54
Holanda	1,31	4,78	1,82
Japão	1,80	7,74	2,70

Fonte: Maddison, 2006, p. 352.

O período de 1950-73, correspondente ao pós-guerra, é quando se observam os melhores índices, assim como ocorreu nas tabelas anteriores para os demais indicadores de crescimento, especialmente quando comparamos com a coluna “Estoque de capital” da Tabela 3. Tais números nos remetem aos grandes investimentos realizados nesta época, sobretudo privados, como a grande justificativa para a disparidade dos demais períodos, seja antes ou depois, o que reafirma esta variável como fundamental, uma vez que tais níveis de produtividade só são possíveis de serem atingidos após uma significativa leva de investimentos. Em uma análise com relação à taxa de desemprego, cabe o questionamento referente ao aumento da produtividade e a queda da taxa de desemprego conjuntamente. Isto é possível através da manutenção do crescimento, isto é, apesar do investimento em tecnologias que são poupadoras de mão de obra, as quais estavam represadas por conta das Guerras, este é tão grande que possibilita a criação de postos de trabalho pelo caráter expansivo da produção que “repõem” esta perda, permitindo ocupações suficientes para manter o desemprego baixo.

Tabela 5 – Taxa média de crescimento do PIB e PIB per capita para economias selecionadas, 1913-2001

	Taxa de média de crescimento do PIB per capita para economias selecionadas			Taxa de média de crescimento do PIB para economias selecionadas		
	1913-50	1950-73	1973-2001	1913-50	1950-73	1973-2001
EUA	1,61	2,45	1,86	2,84	3,93	2,94
Reino Unido	0,93	2,42	1,86	1,19	2,93	2,08
Alemanha	0,17	5,02	1,60	0,30	5,86	1,75
Europa Ocidental	0,76	4,05	1,88	1,19	4,79	2,21
Japão	0,88	8,06	2,14	2,21	9,29	2,71

Fonte: Maddison, 2003, p.263.

Agora estendendo um período a mais no tempo para análise, isto é, pós Golden Age, fica ainda mais claro que essa escalada se deu por questões geopolíticas, de restauração, com objetivos claros de recuperar a iniciativa política para o capitalismo frente ao comunismo, em virtude da Guerra Fria instaurada. Elencamos os países capitalistas avançados que mais se destacam neste momento para ilustrar isto. Nota-se, mais uma vez, que o primeiro período apresenta índices baixos no PIB e PIB per capita, em linha com o baixo nível de investimento e alta taxa de desemprego mostrados nas tabelas anteriores. Posteriormente, e principalmente a Europa Ocidental, com destaque para a Alemanha, e o Japão, respectivamente amparados pelos planos Marshall e Colombo, apresentam elevadas taxas de crescimento, que mostram o desenvolvimento e a Golden Age na prática. Esses planos de reparação impulsionaram o investimento nesses países que, conseqüentemente, resultou em um crescimento do PIB relativamente alto. Entretanto, em meados da década de 70, com a reversão de fatores econômicos que levam ao fim da Golden Age, como o colapso de Bretton Woods, os choques do petróleo, as altas de inflação, entre outros fatores que levam à instabilidade econômica, o investimento privado é reduzido. Por sua vez, com a queda do investimento privado, a taxa de desemprego seguirá o fluxo observado até aqui e o acompanhará, aumentando seus níveis, que, também por consequência, levará a uma redução do PIB per capita, como visto na tabela anterior.

Finalmente, não parece razoável na situação histórica vigente raciocinar em termos de um acordo do tipo Bretton Woods cuja emergência se deu em circunstâncias completamente diversas em termos político-econômicos. As referências econômicas continham a reconstrução das nações vitoriosas e derrotadas na Europa e na Ásia. Havia duas modalidades de sistemas socioeconômicos e políticos em perspectiva de Guerra Fria. As relações centro – periferia tinham contorno bem definido e diferente desta situação. Em razão das duas guerras mundiais e do inusitado poder destrutivo da segunda, havia consenso mundial no sentido da colaboração e da reconstrução que tampouco agora se repete. O esquema analítico em pauta é, assim, desprovido de plausibilidade lógica e histórica e descarnado na economia e na política. (CINTRA e GOMES, 2012, p. 678)

Abaixo, fica claro o aumento do desemprego a partir de 1973 desencadeado, dentre outros motivos, pela queda do investimento privado:

Tabela 6 – Desemprego em países selecionados, 1974-98 (%)

Desemprego em países selecionados, 1974-98 (%)			
	1974-83	1984-93	1994-98
Canadá	8,10	9,70	9,40
Estados Unidos	7,40	6,70	5,30
Reino Unido	7,00	9,70	8,00
Alemanha	4,10	6,20	9,00
Itália	7,20	9,30	11,90
França	5,70	10,00	12,10
Espanha	9,10	19,40	21,80
Holanda	7,30	7,30	5,90

Fonte: Maddison, 2006, p. 134.

Os países da Europa Ocidental são os que mais se destacam na tabela acima, com índices elevadíssimos de desemprego, especialmente na Itália, França e Espanha. Na mesma linha, o PIB da Europa Ocidental, como visto na tabela anterior também reduziu após 1973, o qual é justificado justamente pelo aumento excessivo do desemprego, ladeado de uma desaceleração da produtividade. O impacto dos baixos níveis de desemprego nos países europeus foi tanto que se não fosse pelos auxílios de renda substancial para seguridade social, poderia haver uma grande depressão. Vale dizer, com isto, que as propostas de Keynes não alimentavam o *welfare state* como forma de socialização, mas sim que esta seria possível através da manutenção do pleno emprego, o que, claramente, não ocorreu. Embora o pleno emprego associado ao rápido crescimento econômico tenham se tornado as principais preocupações dos estados nacionais no pós-guerra, pode-se dizer que isto não foi o que orientou as atividades dos governos, mas sim objetivos como preservação da taxa de câmbio, equilíbrio orçamentário e estabilidade de preços. Com o colapso de Bretton Woods em um momento de aumento da pressão inflacionária por conta do choque do petróleo da OPEP, levaram os governos a direcionarem suas ideias para a queda da inflação. Neste sentido, os conceitos keynesianos originais foram desprezados e perderam sua influência na política, a qual procurou novas alternativas que não se pautavam na correção do desemprego, mas sim em políticas deflacionárias a partir da década de 1970, com restrições à liberdade fiscal pelos compromissos do *welfare state*.

Para clarificar isso, as tabelas abaixo mostram os efeitos da política fiscal nas economias capitalistas avançadas. Nota-se que a política fiscal não assume um papel mais importante nos momentos em que a taxa de desemprego cresce. Como já sabido, o plano keynesiano não é compatível com uma explosão do desemprego, mas sim uma manutenção do pleno emprego, o que mais uma vez evidencia a negação da hipótese de que os conceitos keynesianos foram aplicados e sucederam em falha. Adicionalmente, os números mostram que os efeitos discricionários são bastante modestos, substancialmente menores que 2%. Isto indica que a

participação do governo ao longo dos anos (interessante notar que o período abordado compreende os últimos anos da Golden Age e os primeiros após o seu declínio) é muito mais limitada do que se poderia supor, o qual também se distancia daquilo que Keynes sugeria com a socialização dos investimentos, visto que a participação do setor público, para ele, deveria ser uma parcela fundamental na economia através do investimento público. Ou seja, a ação do governo sobre seus gastos preenche um raio muito pequeno e declinante, com mínimo efeito sobre o PIB. Portanto, com base no que foi exposto até aqui, é válido dizer que todo o crescimento identificado no pós-guerra é substancialmente sustentado pelo investimento privado, uma vez que este ditou o ritmo do desenvolvimento da época, enquanto o investimento público, assim como as despesas públicas como um todo, não o fizeram.

Tabela 7 – Efeitos discricionários da política fiscal em sete países, 1965-78. Porcentagem do PIB do ano anterior a preços constantes

Efeitos discricionários da política fiscal em sete países, 1965-78. Porcentagem do PIB do ano anterior a preços constantes.

	EUA	Japão	Alemanha	França	Reino Unido	Itália	Canadá
1965	1,29	1,25	2,07	0,72	-0,06	1,16	1,26
1966	2,68	1,45	0,38	-0,46	0,34	0,97	1,51
1967	3,03	1,03	0,43	1,45	1,71	0,11	1,36
1968	1,25	1,41	0,88	1,61	-0,07	1,05	1,59
1969	-0,62	0,38	0,30	0,63	-1,48	0,77	0,36
1970	0,51	0,92	1,76	1,06	0,26	0,32	1,72
1971	0,67	1,65	1,09	0,94	1,28	1,07	1,76
1972	0,49	1,52	0,91	0,93	2,54	1,44	1,10
1973	0,49	0,73	0,48	0,96	1,68	1,18	1,29
1974	-0,02	0,74	1,44	2,59	1,13	0,66	1,51
1975	1,23	1,88	1,37	0,27	-0,38	1,22	1,91
1976	0,30	0,82	0,30	1,69	-1,00	-0,14	0,10
1977	0,52	0,99	-0,11	1,10	-1,28	0,60	0,76
1978	0,91	1,41	1,03	1,14	0,56	-0,28	1,04

Fonte: Bleaney, 1985, p. 159.

Tabela 8 – Mudanças discricionárias e automáticas nos saldos orçamentários dos sete principais países da OCDE como uma porcentagem do PIB, 1971–82

Mudanças discricionárias e automáticas nos saldos
orçamentários dos sete principais países da OCDE
como uma porcentagem do PIB, 1971-82

	Mudança no saldo orçamentário	Mudança discricionária	Taxa de desemprego
1971	-0,80	-0,60	3,80
1972	+0,10	-0,30	3,80
1973	+0,60	-0,20	3,40
1974	-0,70	+0,40	3,70
1975	-3,50	-1,80	5,50
1976	+1,30	+0,70	5,50
1977	+0,80	+0,40	5,40
1978	-0,20	-0,70	5,10
1979	+0,60	+0,50	5,00
1980	-0,70	+0,20	5,60
1981	-0,10	+0,70	6,50
1982	-1,50	+0,10	7,90

Fonte: Bleaney, 1985, p.160.

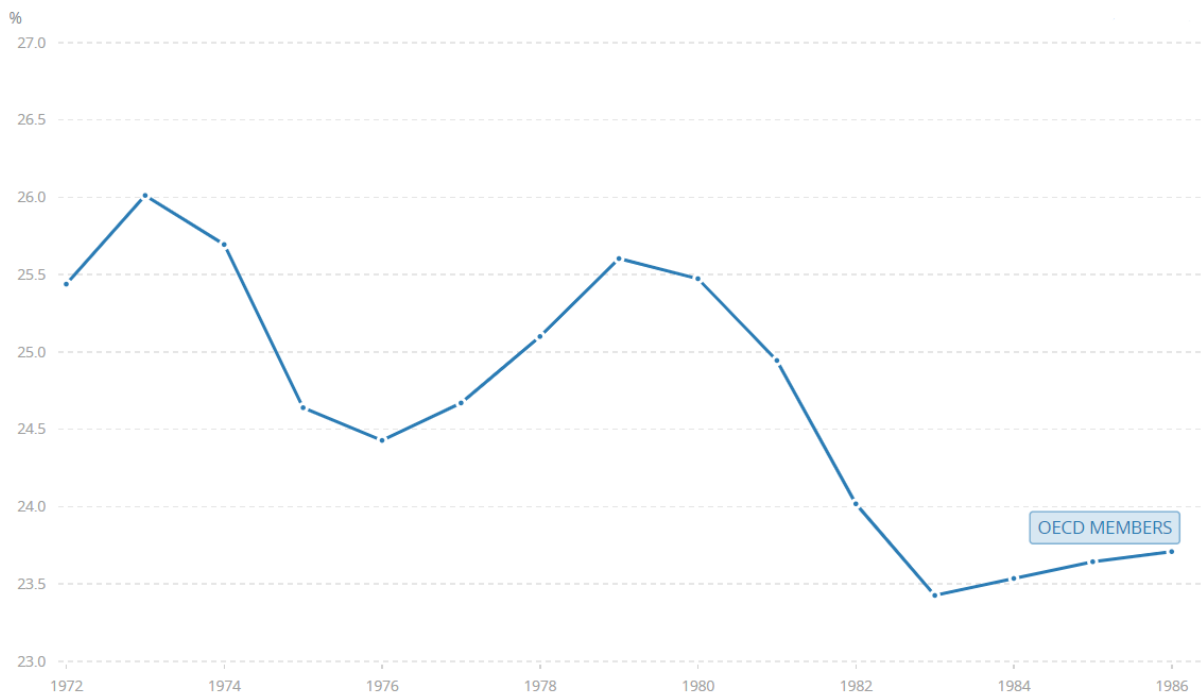
Bleaney resume perfeitamente esta análise no seguinte trecho:

Assim, o quadro geral que surge pode ser resumido da seguinte forma. Em 1974-5, a política monetária era rígida, mas a política fiscal tornou-se fortemente expansionista quando se percebeu que a recessão era extraordinariamente profunda. Depois de meados de 1975, uma vez que ficou claro que uma recuperação estava começando, a ansiedade mudou rapidamente para o outro lado. Havia um temor geral de que, se a recuperação fosse rápida demais, ela poderia reacender as pressões inflacionárias. Assim, no período 1976-8, embora a política monetária fosse menos rígida do que antes devido à queda das taxas de inflação, a política fiscal foi muito cautelosa, desempenhando um papel negativo na recuperação durante 1976 e 1977, e apenas mudando para uma postura expansionista em 1978, quando se percebeu que a recuperação estava virtualmente se esgotando (nos Estados Unidos, onde a recuperação fora marcadamente mais forte do que em outros lugares e a inflação mostrava sinais de aceleração, a política fiscal permaneceu restritiva). Embora houvesse diferenças marcantes entre os países, para o mundo capitalista avançado como um todo, o desemprego diminuiu apenas um pouco e a inflação desacelerou muito lentamente, para cerca de 7 por cento no início de 1978. O segundo choque do preço do petróleo de 1979-80 estimulou uma resposta fortemente restritiva, com a política monetária não acomodando de forma alguma as novas pressões inflacionárias, e a política fiscal visando (sem sucesso) reduzir os déficits orçamentários, que se ampliaram consideravelmente com o aumento do desemprego. O efeito foi uma recessão mais longa e mais profunda do que 1974-5, com o desemprego visivelmente mais alto. No final de 1982, graças em parte à queda no preço do petróleo, as taxas de inflação caíram substancialmente para cerca de 6 por cento a.a., embora mais uma vez a desaceleração tenha sido muito mais lenta do que a aceleração anterior. (BLEANEY, 1985, p.160 – tradução livre)

Sendo assim, pode-se dizer que os países capitalistas avançados se afastaram gradativamente de uma política fiscal ativa endereçada a reduzir o desemprego. A crença na eficácia de uma política fiscal expansionista diminuiu notavelmente, tanto que as ideias keynesianas não só não foram aplicadas nesta recessão, como parecem cada vez menos prováveis de serem com o passar dos anos, o que, inclusive, é verdade quando avaliamos todo esse tempo até os dias atuais.

De modo a ilustrar tal análise, apresento os gráficos abaixo utilizando como modelo os países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O primeiro mostra a tendência declinante da formação bruta de capital fixo sem a distinção entre público e privado. Este declínio é uma amostra clara de que não há socialização de investimentos, visto que no momento de instabilidade econômica com o fim do sistema monetário internacional e crises do petróleo, por exemplo, a tendência à queda do investimento é notória, com uma alta flutuação cíclica, o que vai ao encontro daquilo que Keynes propunha.

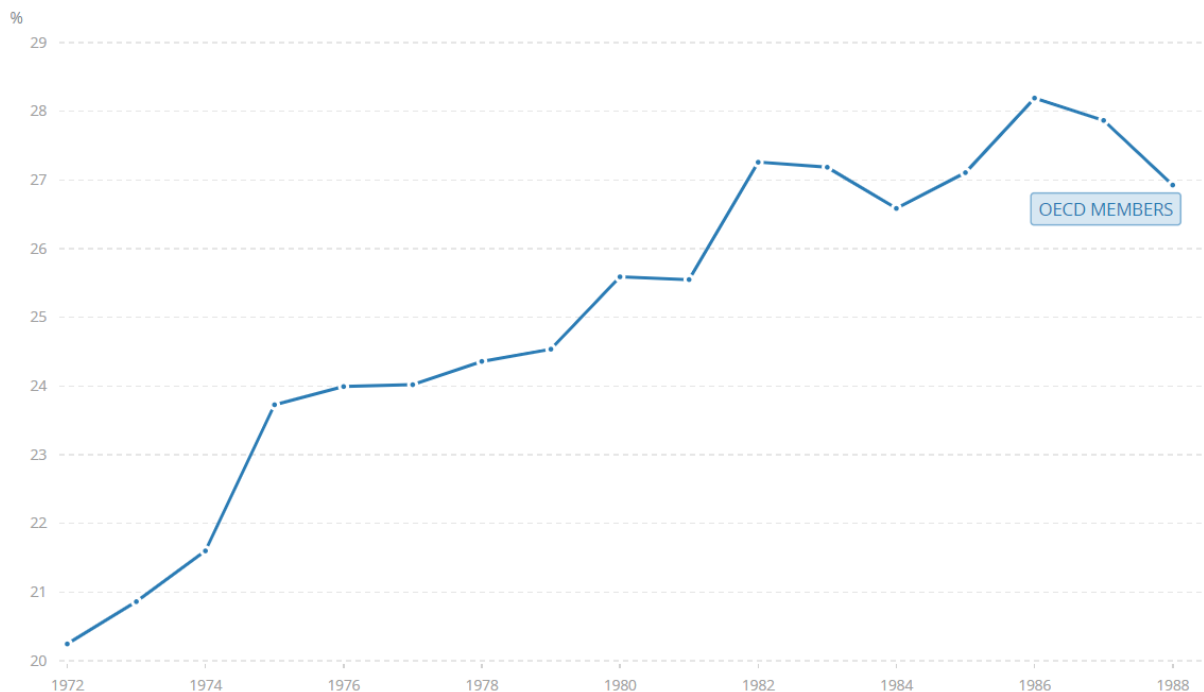
Gráfico 1 – Flutuação da margem bruta de capital fixo (% do PIB) nos países membros da OCDE, 1972-86



Fonte: World Bank (2021).

No mais, como pode ser visto no gráfico seguinte, as despesas do governo a partir de 1972 apresentaram níveis cada vez mais altos, as quais, entretanto, não refletiram em resultados positivos para o crescimento do PIB, conforme fora observado em análises anteriores. Portanto, é uma prova de que os gastos públicos eram direcionados a outros fins que não a socialização dos investimentos, pois, se estes gastos cada vez maiores fossem dirigidos para o investimento, o PIB responderia, o que mostra um impacto limitado no desenvolvimento.

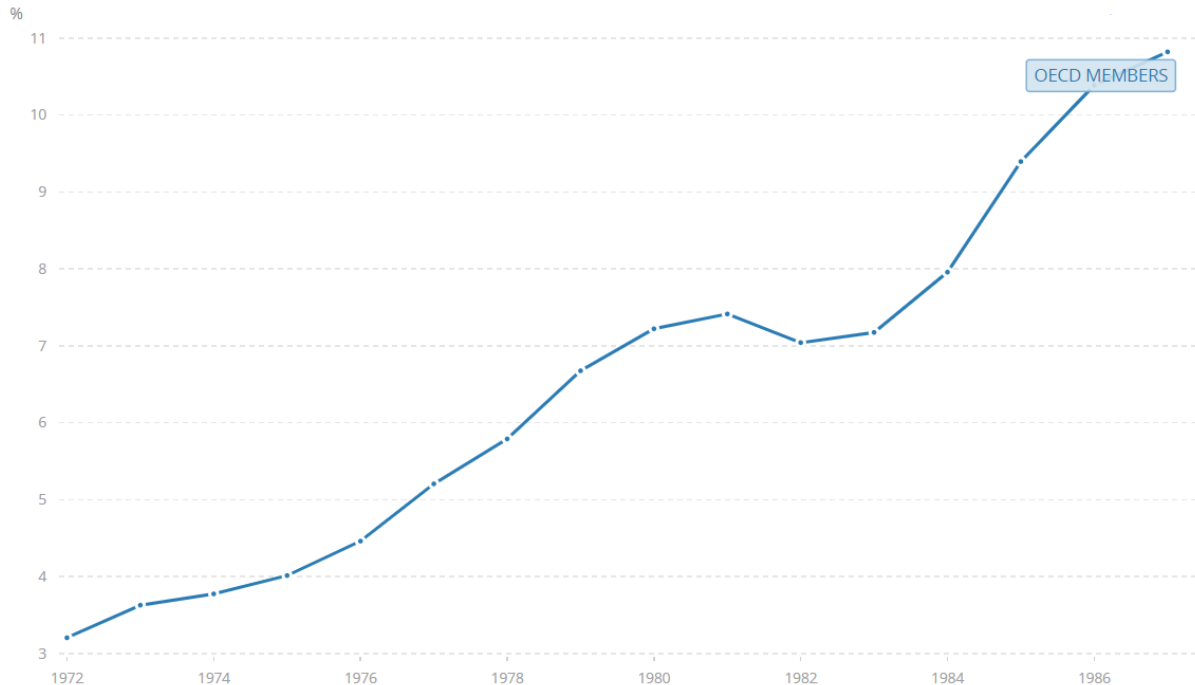
Gráfico 2 – Flutuação das despesas do governo (% do PIB) nos países membros da OCDE, 1972-88



Fonte: World Bank (2021).

Por fim, como forma de exemplificar os gastos públicos que eram orientados para objetivos distantes do investimento, o último gráfico evidencia o aumento no pagamento de juros, o que sugere que as políticas econômicas se voltaram para a órbita financeira especulativa, se descolando da órbita da economia produtiva, beneficiando, assim, o capitalismo rentista, fortemente criticado por Keynes, em função da desconexão com a socialização da renda. Veja abaixo o quão notório foi este aumento do pagamento de juros a partir da decadência da Golden Age.

Gráfico 3 – Flutuação do pagamento de juros (% do PIB) nos países membros da OCDE, 1972-87



Fonte: World Bank (2021).

A partir da análise dos três gráficos acima, a nossa conclusão acerca do entendimento sobre o investimento privado como grande combustível para o desenvolvimento econômico identificado no pós-guerra se fortalece ainda mais. Isto porque observamos um forte aumento das despesas do governo a partir de 1972, acompanhado de uma correspondente alta sobre os níveis de pagamento de juros, mas com um resultado inverso nos níveis de formação bruta de capital, com quedas regulares.

Deste modo, visto toda a argumentação, nos convém dizer que os conceitos keynesianos não caíram por terra pelos desdobramentos que seguiram após sua hipotética implementação no período analisado, mas sim, que foram simplesmente ignorados. Os efeitos das guerras levaram a uma grande depressão, que representou um estado em que a confiança dos empresários sobre as expectativas de longo prazo estava deprimida, de modo que não haveria mudanças positivas sem que houvesse incentivos governamentais para expandir a demanda efetiva. Entretanto, como sugerido anteriormente, esses incentivos foram praticados de forma distinta das ideias keynesianas, ao final do período analisado, priorizando o rentismo à socialização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo compreender a relação entre a teoria e a prática a respeito dos conceitos macroeconômicos de uma das figuras mais importantes da economia mundial, o britânico John Maynard Keynes, em face das evidências históricas que foram apresentadas desde o início do século XX até seus últimos anos, percorrendo por eventos grandiosos como as Guerras Mundiais, a Golden Age e sua derrocada. Tal discussão se mostra relevante pelo fato de evidenciar problemas históricos que seguem até os dias atuais em função de políticas econômicas de caráter parcial, isto é, com um certo favorecimento a determinados grupos pela acumulação da riqueza, em desconformidade com a socialização, como propunha Keynes.

A teoria de Keynes, como já dito anteriormente, apresenta conceitos voltados à socialização da renda, o que, por muitos, o faz ser confundido com um teórico socialista, o que é perfeitamente negável. Contudo, por defender com veemência que a socialização dos investimentos seria o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, e simultaneamente com críticas ao liberalismo econômico, sugerindo a intervenção estatal na economia, suas ideias foram motivo de receio ao socialismo, embora sempre tenha defendido os direitos e liberdades políticas e a democracia representativa. Sua pretensão, portanto, se resumia basicamente a um Estado ao mesmo tempo democrático e intervencionista. Desta maneira, Keynes imaginava a solução do problema econômico, com uma visão bastante otimista para um futuro distante, cuja preocupação social não seria mais acumular riqueza, mas sim, em como gozar da liberdade, pondo fim aos costumes sociais e práticas econômicas que influenciam na distribuição da riqueza (KEYNES, 1930). Entretanto, o que se observou ao longo dos anos até aqui foi um caminho bastante diferente daquilo que o britânico enxergava, com resultados que não nos levam a crer em um futuro otimista, cujo problema econômico da acumulação de riqueza nas mãos de poucos, com influência sobre os caminhos que são tomados nas ações econômicas de forma geral, se mantêm. Dito isto, cabe avaliar por quais motivos, essas expectativas de Keynes foram frustradas.

Um ponto importante a ser destacado é que as práticas econômicas que foram adotadas ao longo do período analisado levaram a uma concepção bastante comum (e equivocada) sobre a inefetividade da teoria keynesiana, haja visto que ela foi hipoteticamente implementada, mas não foram obtidos resultados positivos, o que levou aos formuladores de propostas econômicas nos estados nacionais a ignorarem cada vez mais estes conceitos. Fato é que as medidas adotadas pelos governos para o desenvolvimento econômico a partir do pós-guerra, nada se

relacionam com as propostas do britânico. Os anos que sucedem a Golden Age mostram claramente as brechas que permitem justificar essa disparidade, sendo a mais notória delas, o compromisso dos governos – ou a falta dele – com o pleno emprego, algo que Keynes via como imprescindível para o desenvolvimento, sendo este o problema econômico mais primitivo em seu julgamento.

Outra questão que nos permite concluir que as práticas adotadas se distanciam daquilo que era proposto por Keynes se refere à participação do Estado na economia, algo que era visto como fundamental por ele, de modo a conter possíveis desequilíbrios através de investimentos públicos para aquecimento econômico de forma geral e/ou condições que incentivassem o investimento privado. Com base no que fora exposto, principalmente no capítulo 3, notamos que o grande impulsionador do desenvolvimento econômico foi o investimento privado. A respeito do investimento público, não podemos dizer o mesmo. Isto porque, embora tenham sido identificados grandes níveis de despesas públicas a partir da década de 1970, não foi refletido em uma contribuição para o crescimento do PIB, o que indica que tais despesas não foram direcionadas para investimentos. Em nossas análises, entendemos que as despesas públicas foram orientadas para outros fins, como incentivo aos juros por meio das especulações financeiras e gastos relacionados ao welfare state, sendo estes dois conceitos não defendidos por Keynes, o que nos mostra mais uma vez que as práticas adotadas não se referem à teoria keynesiana. O primeiro tópico em favorecimento dos rentistas, inclusive, era fortemente repreendido pelo britânico, motivo de críticas duras que o levou à utopia da eutanásia do rentista como forma de salvar o capitalismo. Entretanto, o que se observa desde então é a institucionalização do rentismo, o qual dita os rumos da economia global e da sociedade por meio das finanças, longe do capitalismo produtivo que permitiria empregar quem desejasse trabalhar e distribuir riqueza.

Outro fator fundamental a ser destacado é que, em um momento decisivo para o encaminhamento econômico global, a conferência de Bretton Woods, que tinha como finalidade formular uma proposta consensual de reorganização financeira e comercial do sistema econômico mundial após a Segunda Guerra por meio da cooperação econômica, Keynes fora preterido. O acordo foi firmado em 1944, predominando os interesses apresentados por Harry White, representante dos Estados Unidos, os quais, entretanto, apresentavam uma certa parcialidade, de modo a promover a hegemonia política e econômica do país em detrimento da cooperação para reorganização econômica global, objetivo final do tratado. Tal acontecimento é importante para afirmar que no principal evento para ditar os rumos da economia global, o qual fora finalizado em contrato e, portanto, com as ações a serem tomadas

claramente definidas, as propostas de Keynes não foram empregadas, o que, por conseguinte, não faria sentido associá-las às consequências que dali seguiram.

Portanto, embora haja uma concepção generalizada da teoria keynesiana que fora praticada durante o período retratado, fica claro que isto não ocorreu de fato. O desenvolvimento econômico observado no pós-guerra ocorreu por conta das condições desfavoráveis que o contexto histórico gerou para aquele momento. Ou seja, em função da política de reconstrução dos países assolados pela Guerra, há um terreno gigantesco para expansão de demanda, permitindo inúmeros investimentos com implementação de inovações tecnológicas, os quais possibilitam um desenvolvimento extraordinário, decorrente de uma devastação recente sem precedentes. Sendo assim, tanto a época de ouro da economia não pode ser absolutamente creditada ao sucesso da teoria keynesiana, como os anos que a sucedem, marcados pela recessão econômica, também não podem ser motivos de críticas a ela.

REFERÊNCIAS

- PEREIRA, L. R.; ALMEIDA, R. B. de. **A Utopia Keynesiana: os princípios políticos e econômicos de John Maynard Keynes**. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 2010.
- BARUCO, G. C. da. CUNHA. **Do consenso Keynesiano ao pós-consenso de Washington**. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- BELLUZZO, L. G. de M. **O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”**. Economia e sociedade, Campinas, p. 11-20, jun. 1995.
- BLEANEY, M. F. **The rise and fall of Keynesian economics**. New York: Macmillan, 1985.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Novos Estudos - CEBRAP. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n. 86, p. 51-72, 2010.
- CARVALHO, F. C. **Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana**. Revista Análise Econômica, v. 26, n. 50. Porto Alegre. 2008.
- CARVALHO, F. C. **Bretton Woods aos 60 anos**. Novos Estudos - CEBRAP. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n. 70, p. 51-63, 2004.
- CARVALHO, F. J. C. de. **Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana**. Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 7-25, setembro de 2008.
- CINTRA, M. A. M.; GOMES, K. da R. **As transformações no sistema financeiro internacional**. IPEA, v.2. - Brasília: Ipea, 2012.
- DELGADO, N. G. **O regime de Bretton Woods para o comércio mundial: origens, instituições e significado**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2019.
- FILHO, F. F. **A moeda internacional na economia de Keynes**. Ensaios FEE, Porto Alegre, (15)1:98-110, 1994.
- FILHO, F. F.; TERRA, F. **As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-295, 2011.
- FIORI, J. L. **Estado de bem-estar social: padrões e crises**. Physis: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 7(2): 129-147, 1997.
- FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FONSECA, P. C. D. **Keynes: o liberalismo econômico como mito**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 425-447, dez. 2010.

- FRACALANZA, P. S. **As lições de Keynes**. Novos Estudos - CEBRAP. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, n. 88, p. 199-205, 2010.
- FRACALANZA, P. S.; CORAZZA, Rosana Icassatti. **Impossibilidades Econômicas para Nossos Netos**. Revista da ABET (Impresso). v. 12, p. 79-95.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. [1936]. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KEYNES, J. M. (1937). **A Teoria Geral do Emprego**. In: SZMRECSANYI, T. (org.). John Maynard Keynes: Economia. São Paulo: Ática, 1978.
- KEYNES, J. M. **Possibilidades Econômicas de Nossos Netos**. In: Keynes: economia. Coleções Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática. 1985.
- MADDISON, A. **The world economy**. Historical statistics, OECD. Paris, 2003.
- MADDISON, A. **The world economy**. A millennial perspective, OECD, v. 1. Paris, 2006.
- MEDEIROS, C.A.; SERRANO, F. (1999) **Padrões Monetários Internacionais e Crescimento**, em: Fiori, J.L. (Org.) Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, Petrópolis, Ed. Vozes.
- MOLLO, M. de L. R. **A importância analítica da moeda em Marx e Keynes**. Revista Análise Econômica. Porto Alegre: Nali de Jesus de Souza, 1998.
- OLIVEIRA, G. C. de; MAIA, G.; MARIANO, J. **O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo**. Pesquisa & Debate, São Paulo, volume 19, número 2 (34) pp. 195-219, 2008
- SERRANO, F. **Do ouro imóvel ao dólar flexível**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, 2002.
- TAVARES, M. C. **A retomada da hegemonia norte-americana**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1985.
- TEXEIRA, A. **O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas, 1993.
- SIMON, S. A. S. **De Bretton Woods ao Plano Marshall: a política externa norte-americana em relação à Europa (1944-1952)**. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.